



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

EDUARDA DE OLIVEIRA E SILVA

**COMPORTAMENTO VERBAL E TEORIA DAS MOLDURAS  
RELACIONAIS:  
CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS A PARTIR DO  
CONTEXTUALISMO**

---

Londrina  
2019

EDUARDA DE OLIVEIRA E SILVA

**COMPORTAMENTO VERBAL E TEORIA DAS MOLDURAS  
RELACIONAIS:  
CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS A PARTIR DO  
CONTEXTUALISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina como requisito à obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Camila Muchon de Melo

Londrina  
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

S586 de Oliveira e Silva, Eduarda.  
Comportamento verbal e teoria das molduras relacionais : convergências e divergências a partir do contextualismo / Eduarda de Oliveira e Silva. – Londrina, 2019.  
82f.  
Orientador: Camila Muchon de Melo.  
Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, 2019.  
Incluibibliografia.

1. Análise do Comportamento - Tese. 2. Comportamento Verbal - Tese. 3. Teoria das Molduras Relacionais - Tese. I. Muchon de Melo, Camila. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento. III. Título.

CDU 159.9

EDUARDA DE OLIVEIRA E SILVA

**COMPORTAMENTO VERBAL E TEORIA DAS MOLDURAS**

**RELACIONAIS:**

**CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS A PARTIR DO  
CONTEXTUALISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina como requisito à obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Camila Muchon de Melo  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. João Henrique de Almeida  
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Lopes  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profa. Dra. Josy de Souza Moriyama (suplente)  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profa. Dra. Carolina Laurenti (suplente)  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 30 de setembro de 2019.

## AGRADECIMENTOS

Há uma extensa lista de pessoas que gostaria de agradecer por terem, de alguma maneira, possibilitado essa minha jornada na pós-graduação.

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais, Valter e Flora. Obrigada por sempre sonharem junto comigo, e por serem os meus mais calorosos e amorosos incentivadores. Devo tudo a vocês. Que sorte a minha poder tê-los sempre por perto, pois além de meus pais vocês são meus melhores amigos. Sei que posso contar com vocês para tudo, sempre. Aproveito também para agradecer a minha avó, Irene. Obrigada pelo apoio, mesmo que a distância. Sei o quanto você se orgulha das conquistas de seus netos e o quanto se preocupa conosco. Você é a melhor avó que eu poderia ter.

Agradeço também ao meu namorado, Felipe. Você foi um dos grandes responsáveis por tornar esse caminho mais leve. Obrigada por todas as conversas, colos, jantares e conselhos sobre a pós-graduação. Além de admirar você como pessoa, admiro também o pesquisador e profissional que você está se tornando.

Também gostaria de agradecer as minhas amigas de graduação e de mestrado: Andresa, Fernanda e Marcella, vocês foram essenciais nessa jornada. A dedicação de vocês como pesquisadoras foi inspiradora. Admiro muito vocês. Obrigada pelo incentivo mútuo.

Meus sinceros agradecimentos a todos os companheiros da BSGI, vocês são minha segunda família. Obrigada pelos constantes incentivos e palavras de apoio.

Agradeço imensamente minha orientadora Camila pela sua dedicação, profissionalismo e acolhimento nesses dois anos. Com você aprendi muito sobre pesquisa e Behaviorismo Radical. Com certeza você é uma inspiração para todos aqueles que têm o prazer de trabalhar contigo. Agradeço também aos professores integrantes tanto da minha banca de qualificação, quanto da banca de defesa. Carlos e João, obrigada por serem sempre tão solícitos e por contribuírem de forma importante para este estudo.

Por fim, agradeço a todo o corpo docente do programa de pós-graduação em Análise do Comportamento, todos foram essenciais para a minha formação como pesquisadora. Agradeço também a CAPES, por financiar e contribuir para a realização desse estudo.

## RESUMO

A Teoria das Molduras Relacionais (RFT) é uma teoria relativamente recente na história da Análise do Comportamento, que se propôs a ampliar as proposições, sobre a linguagem humana, feitas por Skinner (1957) e Sidman (1971). Os proponentes da RFT, em suas publicações, costumam pontuar a convergência de suas ideias com o Contextualismo Funcional. Já com relação à teoria skinneriana, não há um consenso a esse respeito, apesar de haver autores que defendem uma interpretação contextualista desta. O Contextualismo explorado por esses autores é aquele descrito pelo filósofo Stephen C. Pepper (1942). Portanto, o presente estudo teve como objetivo investigar se a RFT propõe uma inovação do ponto de vista filosófico ou se a teoria do comportamento verbal de Skinner já oferecia uma visão contextualista da linguagem, traçando convergências e divergências entre as duas teorias. Para isso, foi realizada uma pesquisa teórico-conceitual, cujo delineamento consistiu em três fases. Na primeira delas foi feita uma seleção de conjuntos de textos fundamentais e auxiliares. Na segunda fase foi realizado o Procedimento de Interpretação Conceitual de Texto (PICT). Por fim, na última fase, cada texto foi analisado e deu origem a uma síntese interpretativa, que resultaram no texto final. A partir das análises, pode-se notar algumas semelhanças entre os compromissos filosóficos da teoria do Comportamento Verbal e da RFT. A semelhança principal que dá origem as outras é a questão do contexto. Ambas as teorias compartilham da noção que o contexto ou o ambiente não é apenas onde se encontram os determinantes do comportamento, mas também o que confere significado ao comportamento. Como consequência dessa convergência, as concepções sobre o comportamento operante, classe de respostas e significado são semelhantes. Entretanto, a teoria do Comportamento Verbal e a RFT possuem várias diferenças, que perpassam por questões como a forma como abordam o comportamento operante, bem como o modelo explicativo para o comportamento verbal. Contudo, se assumirmos uma interpretação contextualista do Comportamento Verbal, é justamente no contextualismo em que se encontra o cerne da convergência entre as duas.

Palavras-chave: Comportamento Verbal, RFT, Contextualismo.

## **ABSTRACT**

The Relational Frame Theory (RFT) is a relatively recent theory in the history of Behavior Analysis, which has proposed to broaden the propositions about the human language made by Skinner (1957) and Sidman (1971). Proponents of RFT, in their publications, usually point out the convergence of their ideas with Functional Contextualism. Regarding the Skinnerian theory, there is no consensus about this, although there are authors who defend a contextualist interpretation of it. The contextualism explored by these authors is the one described by the philosopher Stephen C. Pepper (1942). Therefore, this study aims to analyze the theoretical and philosophical commitments of the theory of Verbal Behavior and the Relational Frame Theory in relation to Contextualism, and from this, to delineate convergences and divergences between the last two. For this, it was done a theoretical-conceptual research, which the design consists in three phases. In the first one, it was made a selection of fundamental and auxiliary texts. In the second phase it was performed the Conceptual Text Interpretation Procedure. Ultimately, in the last phase, each text was analyzed and gave rise to an interpretative synthesis that resulted in the final text. From the analysis, one can notice some similarities between the philosophical commitments of Verbal Behavior theory and RFT. The main similarity that gives rise to the others is the matter of context. Both theories share the notion that context or environment is not only where the determinants of behavior lie, but also what gives meaning to behavior. As a consequence of this convergence, the conceptions of operant behavior, class of responses, and meaning are similar. However, the theory of verbal behavior and RFT have several differences regarding the approach of operant behavior and the explanatory model for verbal behavior. But, if we assume a contextualist interpretation of Verbal Behavior, it is precisely in contextualism that lays the heart of the convergence between both of them.

Key-words: Verbal Behavior, RFT, Contextualism.



## SUMÁRIO

Introdução.....	8
Método.....	17
Procedimento de Seleção de textos.....	17
Procedimento de interpretação conceitual (PICT).....	19
Sistematização dos resultados.....	20
Contextualismo.....	20
Teoria do Comportamento Verbal.....	27
<i>Relational Frame Theory</i> .....	37
Convergências e divergências entre a Teoria do Comportamento Verbal e a <i>Relational Frame Theory</i> .....	45
Considerações Finais .....	52
Referências .....	54
Apêndice.....	59

De acordo com a perspectiva skinneriana, o que ocorre quando um indivíduo humano fala ou quando responde a uma fala de outro indivíduo, é uma questão que se encontra no tocante do comportamento humano. Logo, por se relacionar ao comportamento humano, para Skinner, essa é uma questão que deve ser respondida por meio dos conceitos e técnicas da ciência do comportamento (Skinner, 1957).

Para Skinner (1957), até aquele momento a grande área da Psicologia não havia apresentado nenhuma proposta coerente para explicar o comportamento verbal do ponto de vista de uma análise funcional. O autor aponta que a Psicologia tentava explicar fenômenos relacionados ao comportamento verbal por meio de uma causalidade interna, ou seja, a causa do comportamento era explicada por um evento que acontecia dentro do indivíduo, sendo que a causa poderia ser tanto creditada a um órgão, como o cérebro ou a algo menos tangível como a mente. Segundo Skinner, esse tipo de explicação do comportamento dificulta uma análise das variáveis envolvidas no fenômeno, que por sua vez prejudicam uma análise científica do comportamento verbal, impedindo, de acordo com o autor, o surgimento de uma ciência do comportamento verbal.

O comportamento verbal, de acordo com Skinner (1957), é um tipo de comportamento operante. Dessa forma, age sobre o ambiente e é afetado pelas consequências da modificação do mesmo. Sendo que, são as consequências – de reforço e de punição – que quando produzidas indicarão a probabilidade de uma classe de respostas voltar a ocorrer. O que diferencia o comportamento verbal dos demais operantes é consequência que ele produz, que é mediada por outro indivíduo. Empregado desta maneira, o termo mediado significa que, diferentemente do comportamento não verbal, o comportamento verbal afeta primeiramente o comportamento de outro indivíduo, o ouvinte, que no passado, teve o comportamento consequenciador modelado pela comunidade verbal (Bandini & De Rose, 2006). Desta

forma, pode-se dizer que a modelagem do comportamento consequenciador do ouvinte é uma prática cultural. Assim como as outras práticas culturais, as razões pelas quais o comportamento verbal é modelado e mantido serão encontradas no efeito sobre as culturas, que estão para além dos efeitos sobre o comportamento de um único indivíduo (Passos, 2003).

Em sua obra *Verbal Behavior* (1957), Skinner traz um exemplo sobre a mediação do comportamento verbal. O autor diz que uma pessoa sedenta, ao invés de obter água para si mesma, ela, em determinadas ocasiões pode solicitar a uma outra pessoa que lhe dê um copo d'água, que é um comportamento que se constitui de um padrão sonoro que tende a evocar o comportamento da outra pessoa lhe entregar um copo d'água. O autor enfatiza que os sons são em si mesmos passíveis de serem descritos em termos físicos, mas que o falante (aquele que pede o copo d'água) só obtém a água como reforçador, como resultado de uma complexa série de eventos que além do comportamento do falante incluem o comportamento do ouvinte (aquele que forneceu o copo d'água). A consequência última, o recebimento de água, não mantém qualquer relação mecânica com a forma como o falante pede a água. É característico do comportamento verbal o fato de ele ser impotente contra o mundo físico. Contudo, as consequências de tal comportamento ocorrem por meio de uma sucessão de acontecimentos não menos físicos que as ações mecânicas, porém mais difíceis de serem descritos.

Sobre o comportamento do ouvinte, o autor (Skinner 1957) destaca que ao servir de mediador para as consequências do comportamento do falante, tal comportamento não é necessariamente verbal. O comportamento do ouvinte muitas vezes não é nem passível de distinção do comportamento operante no geral. Para Skinner (1957), uma descrição adequada do comportamento verbal do ouvinte necessita se ater apenas aos

aspectos necessários para explicar o comportamento do falante. O comportamento do falante e do ouvinte juntos constituem o que Skinner (1957) chamou de episódio verbal total. Nesse sentido, o comportamento verbal do falante pode ser estudado presumindo um ouvinte, e o comportamento verbal do ouvinte supondo um falante. Contudo, o comportamento verbal é dinâmico, e o indivíduo que em dado momento é o ouvinte em outro pode se tornar o falante, e também há a possibilidade de o falante e o ouvinte serem a mesma pessoa.

Em uma comunidade verbal, certas respostas são, em geral, seguidas por determinadas consequências, sendo que para cada resposta há uma consequência que é mais comum que outra. Isso faz com que o comportamento verbal se apresente de formas distintas em ocasiões em que as consequências reforçadoras ou as condições antecedentes são diferentes (Skinner, 1957). A partir da análise das diferentes consequências reforçadoras e das condições antecedentes Skinner categorizou uma série de operantes verbais. São eles: mando, ecóico, textual, tato, intraverbal, e autoclítico.

De forma geral, o mando se caracteriza por ser emitido em condições onde há privação ou estimulação aversiva seguida de uma consequência reforçadora. A emissão de mandos pelo falante é reforçada por uma consequência específica promovida, que cessa ou diminui a privação ou a estimulação aversiva que afetam o falante. Pode-se dizer que o mando “especifica” seu reforço (Skinner, 1957). Ordens, pedidos, conselhos e avisos, são exemplos desse operante verbal (Bandini & De Rose, 2006). Diferentemente dos mandos, os operantes verbais ecóico, textual, tato e intraverbal, são reforçados por consequências generalizadas, sendo que não há necessidade de uma especificação do reforço, prevalecendo um controle “frouxo” pelos estados motivacionais do falante (Matos, 1991).

É denominado como ecoico, o operante verbal em que a resposta verbal produz um som similar ao som do estímulo, em outras palavras, uma resposta vocal é controlada por um estímulo verbal auditivo (Skinner, 1957). Nesse caso, o controle da resposta é chamado de controle formal, pois o som da resposta corresponde ponto a ponto ao som do estímulo (Matos, 1991).

Assim, como o ecóico, o operante textual é produto de um comportamento verbal anterior (Skinner, 1957). O operante verbal textual engloba a leitura a cópia e o ditado. Na leitura, o estímulo discriminativo, é um texto escrito (estímulo visual) e a resposta é vocal. Na cópia, o estímulo discriminativo verbal é visual. Já no ditado, o estímulo discriminativo é auditivo e a resposta é escrita (Matos, 1991).

O tato é definido por Skinner (1957) como um operante verbal, no qual uma resposta é evocada ou reforçada seja por um objeto particular, um evento ou propriedade do objeto ou do evento. Segundo Passos (2003), o tato permite que a comunidade verbal tenha contato, mesmo que indireto, com vários aspectos do ambiente físico e cultural do falante por meio do comportamento verbal. É por meio desse operante verbal que se pode nomear os estímulos ou suas propriedades, descrevendo vários dos aspectos dos ambientes público e privado.

É considerado como um intraverbal o operante verbal cuja variável controladora é antecedente ao comportamento verbal do falante, podendo ser este tanto o produto do comportamento verbal do próprio sujeito ou de outra pessoa, que o sujeito acompanha, ouvindo ou lendo. Os antecedentes desta resposta verbal são complexos e múltiplos, e a resposta não apresenta correspondência ponto a ponto com os estímulos verbais que as evocam. Cadeias ou sequências verbais, conjuntos de associações verbais, são exemplos de antecedentes (Matos, 1991; Skinner, 1957).

O comportamento autoclítico consiste de unidades de comportamento verbal que alteram a função de outros operantes verbais. Os autoclíticos são respostas verbais, controladas pelo próprio comportamento verbal do falante, seja ele antecedente, simultâneo ou concorrente. Os gestos e a entonação, que se usa ao falar, podem alterar a função dos tatos e mandos emitidos, por exemplo. Quando se escreve, os conectivos e a pontuação, além do contexto, assumem essa função (Bandini & De Rose, 2006).

Sobre os operantes verbais Skinner (1957) ainda afirma que nenhuma resposta pode ser classificada como determinado operante somente com base em sua topografia. Segundo o autor, como regra geral, para classificar qualquer operante verbal, é necessário conhecer as variáveis das quais a resposta é função.

Tal compreensão a respeito do comportamento verbal foi apresentada por Skinner em 1957 na sua obra *Verbal Behavior*. Desde então, a Análise do Comportamento, como ciência, continua se dedicando aos estudos experimentais, aplicados e teóricos sobre o comportamento verbal. Contudo, existem críticas da abordagem skinneriana do comportamento verbal tanto de analistas do comportamento, quanto de estudiosos de outros campos da Psicologia e da linguagem. A principal crítica dos analistas do comportamento recai sobre o fato de que a obra *Verbal Behavior* (1957) apresenta apenas interpretações teóricas dos fenômenos verbais, baseadas na já estabelecida teoria operante, e acaba por fornecer pouco subsídio para pesquisas empíricas (Critchfield, 2000; Spradlin, 1998). O estudo dos autores McPherson, Bonem, Green, & Osborne (1984), que fez uma análise das citações do livro *Verbal Behavior* (1957) em diferentes tipos de artigos científicos (pesquisa básica, aplicada e teórica) de 1958 a 1983, apontou que poucos estudos empíricos realizados nesse período foram diretamente influenciados pela análise de Skinner. Em meio a esse contexto, na década de 1980 começam a despontar outras teorias que buscam ampliar o

entendimento do comportamento verbal no âmbito da Análise do Comportamento, por meio tanto de pesquisas empíricas, quanto aplicadas e teóricas.

Entre tais propostas encontra-se a Teoria das Molduras Relacionais. A RFT (sigla em inglês de “Relational Frame Theory”) é um conjunto de formulações, derivadas da pesquisa empírica e fundamentada em pressupostos analítico-comportamentais, e do Contextualismo Funcional, que têm por objetivo elucidar fenômenos relacionados à linguagem e cognição humanas. Tal teoria foi proposta por Steven Hayes e seus colaboradores (Robert Zettle, Aaron Brownstein, Dermot Barnes-Holmes e Bryan Roche) na década de 1980, e teve como ponto de partida a teoria da Equivalência de Estímulos de Murray Sidman (1971) (Boavista, 2015).

O termo molduras relacionais surgiu a partir de uma metáfora, que se refere a recursos funcionais característicos de algumas classes de respostas. Tal metáfora visa elucidar que assim como uma moldura pode emoldurar diversas imagens, uma classe de respostas fornece um padrão funcional geral, mas é o contexto atual que estabelece os estímulos formais específicos, nos quais as classes de resposta irão operar. O termo “moldura relacional” também tem por objetivo indicar tipos particulares de respostas relacionais. Assim, as molduras relacionais são tanto um fenômeno, quanto um processo. De acordo com Hayes et al. (2001), em geral o termo “moldura relacional” é mais usado devido a praticidade, mas tal termo irá sempre significar “emoldurar eventos relacionalmente”, pois o termo se refere a um comportamento. Elucidando, “resposta relacional arbitrariamente aplicável” é o nome genérico para comportamento desse tipo, enquanto uma moldura relacional é um tipo específico de tal resposta. Dito de forma mais técnica, uma moldura relacional é uma classe de respostas relacionais arbitrariamente aplicáveis (Hayes et al., 2001).

Antes de esclarecer acerca do responder relacional arbitrariamente aplicável, é necessário clarificar o que seria o responder relacional, que já era estudado no campo do comportamento, antes da teoria da RFT surgir. A maioria dos organismos vivos, dado o treinamento apropriado, é capaz de responder às relações entre as propriedades físicas de dois ou mais estímulos. É disso que se trata o responder relacional, a emissão de uma resposta baseada nas características formais dos estímulos (Hayes et al., 2001). “Por exemplo, a propriedade “maior” só pode ser estabelecida a partir da relação entre um estímulo que, naquele contexto, é menor e outro que, naquele contexto, é maior.” (Boavista, p. 164, 2015)

Já a resposta relacional arbitrariamente aplicável não se baseia apenas nas propriedades físicas da relação entre estímulos. Assim, ela opera sobre qualquer estímulo do contexto relacional apropriado, ou seja, ela é arbitrariamente aplicável. O termo arbitrariamente aplicável é empregado no sentido de que, em alguns contextos, essa resposta está sob o controle de sugestões que podem ser modificadas com base nas relações sociais. A resposta relacional arbitrariamente aplicável é semelhante ao fenômeno da abstração, mas, neste caso, o padrão de resposta entre um conjunto de estímulos é abstraído e colocado sob o controle de uma sugestão contextual arbitrária (Hayes et al., 2001). Assim, tais respostas relacionais arbitrariamente aplicáveis são contextualmente controladas e podem ser arbitrariamente aplicadas a quaisquer conjuntos de estímulos. Por exemplo, na frase: o maior pintor de todos os tempos é Pablo Picasso, a palavra maior, nesse caso, não está se referindo a altura como no exemplo anterior (Perez et al., 2013).

Como já dito, a RFT possui influências da teoria da Equivalência de Estímulos. Essa teoria possui interesse no processo de formação de classes de estímulos que não possuem similaridade física ou atributos em comum, ou seja, relações arbitrárias entre



estímulos. Para que essas relações arbitrárias sejam consideradas relações de equivalência, elas devem apresentar três propriedades: simetria, transitividade e reflexividade. A RFT, além de se interessar pelas relações arbitrárias, enfoca aquelas que não são diretamente treinadas. (De Rose, 2012).

A simetria ocorre quando um estímulo A possui relação com um estímulo B, que por sua vez possui relação com o estímulo A. Isso quer dizer que quando uma relação entre A e B é ensinada, a relação B-A deve emergir sem necessidade de aprendizagem prévia. A transitividade diz respeito a pelo menos três estímulos, e implica que o estímulo A tenha relação com B, que tem relação com C. Logo, A e C também estão relacionados. Nesse caso, a relação entre A e B, e B e C é ensinada, e a relação A-C emerge sem aprendizagem direta. Já a reflexividade implica que um estímulo é igual a ele mesmo. Em um conjunto de estímulos a reflexividade ocorre quando o estímulo A pode ser qualquer estímulo daquele conjunto (De Rose, 2012).

Entretanto, a teoria da RFT, vai além da Equivalência de Estímulos, e afirma que é possível estabelecer várias espécies de relações entre estímulos. Hayes et al. (2001) afirmam que, enquanto a Equivalência de Estímulos estava focada em relações em que um estímulo equivale ao outro, a RFT irá discutir também outras relações, como: relações de causalidade (A causa B); relações de comparação (A é maior do que B); relações hierárquicas (A está contido em B); relações temporais (A ocorre antes que B) e relações dêiticas (A está aqui enquanto B está ali). Sendo que todas elas são passíveis de serem treinadas.

Conforme já dito, além da Equivalência de Estímulos a RFT também possui influência do Contextualismo Funcional, que é uma teoria que nega que os eventos se influenciem de forma mecânica (Barbosa & Murta, 2014; Saban, 2016). De acordo com Hayes (2016), o Contextualismo Funcional se caracteriza por: considerar um

evento como um todo, e não apenas parte dele, pois toda ação ocorre em um contexto situacional e histórico; dar importância ao contexto, no que diz respeito à compreensão da natureza e função de um evento; utilizar um critério de verdade pragmático e estabelecer metas científicas, que quando alcançadas validam a análise.

A validade da análise é determinada pela sua funcionalidade, sendo classificada como verdadeira quando sua meta é alcançada. Como a meta é utilizada para validar, ela própria não pode ser analisada. Isso quer dizer que as metas são pré-analíticas, elas precedem a análise e não necessitam de explicação. Caso as metas tivessem valor em si mesmas, caracterizariam uma forma de dogmatismo (Barbosa & Murta, 2014; Saban, 2016).

Os proponentes da RFT, em suas publicações, costumam pontuar a convergência de suas ideias com o Contextualismo Funcional. Já com relação à obra de Skinner não há um consenso a esse respeito, apesar de haver autores que defendem uma interpretação contextualista – ou interpretações convergentes com o contextualismo - da obra do autor. Dentre eles podemos citar: Abib (1994), Carrara (2004), Lopes, Laurenti e Abib (2012) e Morris (1988, 1993, 1997). Cabe ressaltar aqui que o Contextualismo possui várias vertentes, dentre elas o Contextualismo Funcional. O Contextualismo explorado pelos autores acima citados, com o qual eles procuraram traçar convergências tanto com a obra skinneriana, como com a RFT é aquele descrito pelo filósofo Stephen C. Pepper (1942) em sua obra *World Hypotheses: A study in evidence*.

Por fim, a RFT é uma teoria relativamente recente na história da Análise do Comportamento, com o início de suas publicações nos anos 1980, que se propôs a ampliar as proposições, sobre a linguagem humana, feitas por Skinner em 1957 na obra *Verbal Behavior*, e também aquelas feitas por Sidman (1971) sobre a Equivalência de Estímulos (Hayes & Barnes-Holmes, 2001). Assim, o objetivo desse estudo foi

investigar se a RFT propõe uma inovação do ponto de vista filosófico ou se a teoria do comportamento verbal de Skinner já oferecia uma visão contextualista da linguagem, traçando convergências e divergências entre as duas teorias.

### **Método**

Este estudo se constitui como uma pesquisa teórico-conceitual, e seu procedimento é composto de três fases essenciais: (1) seleção dos textos; (2) procedimento de interpretação conceitual de texto (PICT) e (3) sistematização dos resultados. Esse procedimento é baseado na descrição de Laurenti e Lopes (2016) na obra *Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia*, capítulo *Pesquisa teórica em Psicologia – Aspectos filosóficos e metodológicos*. O texto apresenta uma caracterização e sistematização de um método teórico conceitual seguindo uma tradição de procedimentos de pesquisa de estudos anteriores. Por exemplo, o método Epistemológico Hermenêutico (Abib, 1996) descrito por Bandini (2008) e Melo (2008) e o método de Análise Conceitual de Texto (Bandini, 2008) ou Análise de Texto (Melo, 2008), que antes da obra em questão, raramente se encontravam descritos de forma sistemática.

### **Procedimento de Seleção de textos**

A etapa de seleção de textos possui dois objetivos, a seleção de textos fundamentais e a seleção de textos auxiliares. O conjunto de textos fundamentais é formado por alguns capítulos da obra *Verbal Behavior* (Skinner, 1957), da obra *Relational frame theory: A post-skinnerian account of human language and cognition* (Hayes, Barnes-Holmes & Roche, 2001) e um capítulo do *The Wiley Handbook of Contextual Behavioral Science* (Zettle, Hayes, Barnes-Holmes, & Biglan, 2016). As duas primeiras obras foram escolhidas por serem as principais sobre a teoria do Comportamento Verbal e sobre a Teoria das Molduras Relacionais, respectivamente. A

última obra foi selecionada por fornecer um panorama recente da RFT, pois essa teoria vem sofrendo algumas reformulações de seus conceitos desde as suas publicações iniciais. Por se tratar de uma dissertação, não haveria tempo hábil para se analisar todos os capítulos, por isso foram selecionados um total de sete capítulos ao todo. A seleção teve como base uma análise do *index* das obras. Tal análise consistiu, primeiramente, em elencar palavras-chave consideradas mais relevantes para cada uma das teorias, para ambas e para a temática da linguagem no geral: significado, referência, cognição, linguagem e pensamento . Após foi feito um levantamento dos capítulos nos quais essas palavras-chave apareciam com mais frequência. Desse modo foram selecionados os seguintes capítulos de cada uma das obras:

- *Verbal Behavior* (Skinner,1957): *The Tact; Special Conditions Affecting Stimulus Control; The Audience; The Verbal Operant as a Unit of Analysis.*
- *Relational frame theory: A post-skinnerian account of human language and cognition* (Hayes, Barnes-Holmes, & Roche, 2001): *Language and Cognition: Constructing an Alternative Approach Within the Behavioral Traditional; Derived Relational Responding as Learned Behavior.*
- *The Wiley Handbook of Contextual Behavioral Science* (Zettle, Hayes, Barnes-Holmes, & Biglan, 2016): *Relational Frame Theory: The Basic Account.*

Os textos auxiliares compreenderam aqueles de comentadores das obras dos autores acima citados e também alguns capítulos da obra *World Hypotheses: a study in evidence* (Pepper, 1942) que apresenta a visão contextualista de Pepper. Esses Capítulos são: *The Utter Skeptic; Dogmatists; Root Metaphors; Contextualism.* Os demais textos auxiliares, foram aqueles de conhecimento prévio da autora do trabalho e/ou da

orientadora, assim como artigos recuperados em bases de dados (PsycINFO, Pepsic e Google Acadêmico) por meio das palavras-chave: comportamento verbal/*verbal behavior*; Teoria das Molduras Relacionais/*Relational Frame Theory/RFT*; Contextualismo/*Contextualism*. As palavras-chave foram utilizadas tanto sozinhas, como separadas.

### **Procedimento de interpretação conceitual (PICT)<sup>1</sup>**

O procedimento de análise utilizado foi aquele sistematizado por Lopes e Laurenti (2016). Segundo tais autores, o PICT é um procedimento voltado para a análise do uso de um conceito ou rede conceitual de um texto psicológico, construção de interpretações e produção de material que se adeque a pesquisa conceitual. Este procedimento também visa facilitar a identificação de compromissos e afinidades filosóficas de uma obra. O PICT é constituído em quatro etapas: levantamento dos principais conceitos do texto; caracterização das teses tradicionais e alternativas do texto; elaboração de esquemas e síntese interpretativa. Seguindo o PICT, o levantamento dos principais conceitos do texto consistiu em, primeiramente, destacar no texto conceitos e doutrinas (psicológicos; filosóficos) que fossem consideradas importantes (a importância do conceito relaciona-se ao problema de pesquisa). Em seguida buscou-se a definição do conceito ou doutrina no próprio texto, anotando-a em seguida.

A caracterização das teses tradicionais e alternativas do texto consistiu em identificar as ideias de outros autores, acerca de teorias ou doutrinas que são criticadas pelo autor do texto (tese tradicional); caracterizar a proposta defendida pelo autor para substituir as teses tradicionais criticadas (tese alternativa). Nessa etapa as críticas que o

---

<sup>1</sup> No apêndice consta um dos PICTs feitos para este estudo, como exemplo do processo de análise.

autor do texto faz às teses tradicionais também foram destacadas. Na terceira etapa foi elaborado um esquema (figura, diagrama) que represente as relações entre teses tradicionais, crítica e teses alternativas. Os esquemas têm o objetivo de facilitar a compreensão da estrutura argumentativa do texto. Na última etapa foi feita uma síntese das relações conceituais, com base nas etapas anteriores, mas principalmente pautada pelo esquema feito na etapa três. Ao final dessa etapa tem-se um texto interpretativo sobre a obra original. Sendo que, no contexto deste trabalho, o conceito de interpretação é entendido como uma construção de significado que se dá na inter-relação entre autor, leitor e texto (Lopes & Laurenti, 2016). É válido ressaltar que o procedimento de interpretação conceitual só foi realizado com o conjunto de textos fundamentais. Os textos auxiliares foram utilizados como apoio para uma melhor compreensão dos textos fundamentais.

### **Sistematização dos resultados**

Cada texto analisado na etapa do PICT origina uma síntese interpretativa. Sendo assim, é necessário articular todas as sínteses interpretativas para que elas deem origem a um texto final. O objetivo do texto final é responder ao problema de pesquisa, apresentando argumentos conceitualmente fundamentados, para que a resposta seja fidedigna.

### **Contextualismo**

O Contextualismo do qual este trabalho trata é aquele proposto pelo filósofo Stephen C. Pepper (1942) em seu livro *World Hypotheses: a study in evidence*. Nesta obra o autor analisa seis tipos de modelos paradigmáticos de explicação dos eventos da natureza, que Pepper (1942) chamou de “*world hypotheses*”, são eles: animismo, misticismo, formismo, mecanicismo, organicismo e contextualismo (Carrara, 2004). Hayes et al. (1998) utilizam o termo visão de mundo (*world view*) como um sinônimo,

pois a palavra hipótese (*hypotheses*) poderia ter uma conotação diferente para os psicólogos. Seguindo a sugestão desses autores, neste trabalho também será usado o termo visão de mundo como um sinônimo de *world hypotheses*.

De acordo com Pepper (1942), as visões de mundo são provenientes das “metáforas-raíz”. Esse termo é utilizado pelo autor para designar uma conceituação que o senso comum possui sobre determinado assunto, que serve como base para construtos técnicos. Um construto técnico que não sustenta nenhum contato conceitual com sua metáfora subjacente torna-se vazio e sem sentido (Hayes, Hayes, & Reese, 1988). No caso do Contextualismo sua metáfora-raíz é o ato contínuo no contexto ou ato histórico. Entretanto, esse ato histórico não deve ser interpretado como algo que está acabado, mas sim como um evento que ainda está em curso (Hayes, Hayes, & Reese, 1988; Pepper, 1942).

Pepper (1942) salienta que duas características definidoras do Contextualismo são a mudança e a novidade. Essas duas características acarretam em uma série de implicações para a teoria do Contextualismo. A primeira dela é a respeito das categorias e subcategorias de análise. O autor elucida que, de modo geral, ao analisar um fenômeno as teorias partem do pressuposto que as subcategorias de análise (menos abrangentes e mais específicas) são derivadas de categorias de análise (mais abrangente e menos específicas). Entretanto, para o Contextualismo o que em dado momento é uma subcategoria, pode tornar-se, em outro momento, uma categoria que dará origem a novas subcategorias. Pepper (1942), afirma que esse aspecto do contextualismo demonstra uma “desordem” (Pepper, 1942, p.242) própria dos fenômenos. Contudo deve-se admitir a possibilidade de se encontrar um certo grau de ordem, que posteriormente pode dar origem a desordem novamente.

Outra implicação da mudança e da novidade, segundo Pepper (1942) é que, a princípio, para o Contextualismo nada é “impossível” de ocorrer, ou seja, a mudança e a novidade abrem a possibilidade para que os eventos sejam compreendidos como indeterminados. Entretanto, só é possível lidar com o mundo da maneira que ele se encontra no momento. Isso implica que os eventos desta época exibem uma estrutura que pode ser compreendida como relativamente uniforme. Essa relativa uniformidade é traduzida no Contextualismo nos conceitos de qualidade e trama.

Resumidamente, de acordo com Pepper (1942), as categorias essenciais do Contextualismo são a mudança e a novidade. No entanto, quando estas são especificadas em termos de eventos, com os quais os indivíduos estão familiarizados na presente época do universo, essas categorias essenciais são compreendidas como detalhes dentro de outras categorias, que são a qualidade e a trama. Todo evento presente nessa época atual possui qualidade e trama. Se eventos de outras épocas carecerão dessas categorias, não se pode afirmar. Só são passíveis de descrição os eventos que ocorrem nesta época, e nesses eventos qualidade e trama são componentes essenciais.

A qualidade descreve a natureza de um ato e a trama os detalhes e relações que compõem a qualidade. Cada um desses conceitos também é definido por outros conceitos que os constituem. A qualidade, por exemplo, é composta de extensão e fusão. A extensão refere-se ao presente de um ato estendido no contexto, isso significa que o passado e o futuro de um ato existem no ato em andamento. Já fusão refere-se à integração dos elementos de um determinado evento (Pepper, 1942). Por exemplo, a limonada é composta de água, limões e açúcar, que nessa análise são interpretados como tramas. A limonada é interpretada como qualidade, e por causa da fusão se torna muito difícil analisar cada ingrediente separadamente (Hayes, Hayes, & Reese, 1988).



A trama é composta por outros três componentes: fios (*strand*), contexto e referência. Os fios são interconexões entre os elementos de um ato que participam diretamente da sua qualidade. O contexto é constituído pelas interconexões entre os fios, contribuindo indiretamente para a qualidade de um determinado ato. O terceiro componente da trama é a referência. A referência diz respeito às relações temporais entre os elementos de um ato (Hayes, Hayes, & Reese, 1988; Pepper, 1942).

Uma questão importante sobre esses conceitos do Contextualismo é que qualquer fio de uma trama pode ser analisado como qualidade. Isso quer dizer que as partes, sendo derivadas, podem ser derivadas de várias maneiras, e nada impediria que esse processo continuasse *ad infinitum* (Hayes, Hayes, & Reese, 1988; Pepper, 1942). Entretanto, o que faz com que isso não ocorra é o fato de que a análise deve somente ser conduzida até o ponto em que sua finalidade é alcançada. Portanto, quando uma análise cumpre seu propósito ela é tida como “verdadeira” (Hayes & Hayes, 1992). Uma implicação deste critério de verdade é que, para o Contextualismo, pode-se adotar uma estratégia analítica de uma visão de mundo alternativa, em uma dada situação, se isso for útil para algum objetivo (Hayes, 1988).

Levando em consideração os parágrafos anteriores, pode-se concluir que para o Contextualismo, qualquer fenômeno só pode ser compreendido a partir do contexto. Outra questão relevante é que, na visão Contextualista as partes que compõem um fenômeno são entendidas apenas em relação umas às outras e em relação ao todo, nenhuma das partes tem significado em si mesmas. Em vez disso, o significado surge através do relacionamento das várias partes (Pepper, 1942).

Como já foi dito, este trabalho trata de duas teorias analítico comportamentais que visam compreender fenômenos relativos ao comportamento verbal, e também a relação dessas teorias com o Contextualismo. Portanto, é necessário esclarecer que o

Contextualismo não se limita a uma teoria da linguagem. O Contextualismo é uma teoria que, por meio das definições dadas por Pepper (1942), discutidas até aqui, pode ser utilizada para se analisar diversos fenômenos do mundo. Contudo, faz-se necessário, para que se possa contemplar os objetivos deste estudo, apresentar uma possível visão contextualista do fenômeno da linguagem. Apesar disso, Pepper (1942) por meio de exemplos utilizados para elucidar o Contextualismo em sua obra *World Hypotheses: A study in evidence*, fornece algumas noções de como o contextualismo poderia compreender a linguagem.

Pepper (1942), utiliza como exemplo, para auxiliar a elucidar os conceitos do Contextualismo a frase: “*A period will be placed the end of this sentence.*”<sup>2</sup> (Pepper, 1942, p. 237). De acordo com o autor, analisando essa frase, da mesma maneira que outros eventos o são pela ótica do Contextualismo, o significado da sentença como um todo seria compreendido como qualidade, e as relações gramaticais e as palavras como trama. Contudo, qualidade e trama não são separáveis, apenas podem ser colocadas em evidência dependendo da análise que será feita, ora focalizando o significado, ora as relações gramaticais. Ademais, o Contextualismo nega que esses elementos sejam absolutos, assim como nega que o todo seja a soma das partes. Assim, o todo é algo imanente ao evento.

Retornando ao exemplo dado por Pepper (1942), conforme a frase é escrita, sua qualidade está mudando continuamente. À medida que cada palavra vai se formando o foco da qualidade está sobre ela, o significado total é alterado, modificando por sua vez a qualidade. Essa mudança é contínua, e é comum a todos os eventos. Uma vez que, todo o mundo é composto de eventos, tudo está continuamente mudando. Dessa

---

<sup>2</sup> Tradução: “Um ponto será colocado no final desta sentença”.

maneira, permanência ou imutabilidade absoluta em qualquer sentido é, nessa teoria, uma ficção.

Como já foi dito, nesta seção, tanto trama, quanto qualidade dão origem a outros conceitos, sendo eles: fio, contexto, referência, extensão e fusão. Uma trama é composta por fios, e é também um contexto, sendo que não existe uma separação nítida entre os dois. Isso porque, as conexões entre os fios é que determinam o contexto. Contudo, para facilitar a análise dos eventos, pode-se dizer que o que contribui diretamente para a qualidade de uma trama é considerado como um fio, enquanto o que contribui indiretamente para qualidade é considerado um contexto (Pepper, 1942). Nesse sentido, pode-se dizer que em uma frase as palavras são como fios e a sentença completa é o contexto onde diversas relações entre as palavras podem ocorrer.

A referência diz respeito às relações temporais ou interconexões entre os detalhes de um evento, especificamente seu ponto de início, seu curso e conclusão. Esse conceito também se relaciona com questões de similaridade e novidade. No caso da similaridade, do ponto de vista contextualista, não é uma característica dos eventos, porque não há dois eventos no mundo que sejam inerentemente idênticos. Em vez disso, a similaridade é uma atribuição feita quando, nos eventos analisados, diferentes inícios convergem em uma mesma conclusão. Por exemplo, quando se utilizam diferentes palavras em uma frase, mas que por serem sinônimas, possuem o mesmo significado (Hayes, Hayes, & Reese; Pepper, 1942).

Por sua vez, a extensão, que está mais intimamente relacionada à qualidade do que a trama, refere-se ao presente estendido de um ato no contexto. O passado e o futuro de um ato existem no ato em andamento. De acordo com o exemplo de Pepper (1942) as palavras “*period*” e “*end*”, estão participando diretamente como tramas da qualidade, que é a frase como um todo, mesmo quando a frase está sendo escrita, a palavra

“*period*” venha antes da palavra “*end*”. Assim, no Contextualismo a questão temporal que é levada em consideração na análise de um evento não é linear, e sim definida em termo das tramas que participam da qualidade em questão.

Por fim, a qualidade sempre exhibe algum grau de fusão das partes de sua trama. Quanto mais fusão, mais as qualidades das partes são completamente fundidas na qualidade do todo. Quando a fusão é menor, as partes podem assumir qualidades próprias. A fusão, em outras palavras, “simplifica” e organiza a qualidade, e torna possível que os detalhes de cada evento formem uma unidade de análise. Na frase utilizada como exemplo, o fato de as palavras juntas fazerem sentido e se tornarem uma unidade coesa é atribuído à fusão (Pepper, 1942).

Os últimos parágrafos tiveram como objetivo apresentar uma possível interpretação contextualista da linguagem por meio do exemplo fornecido pelo próprio Pepper (1942). Entretanto, há uma questão central, relativa à linguagem, que não foi elucidada, que é a questão do significado. Foi dito que a qualidade, no caso da frase utilizada como exemplo, era o significado da frase como um todo. Contudo, não foi discutido como as palavras adquirem um significado. Portanto, a partir daqui faz-se relevante traçar uma noção de significado contextualista. Para isso, partiremos do princípio de que Pepper era pragmatista, e de que o Contextualismo pode ser visto como uma espécie de pragmatismo (Carrara, 2004).

Na obra “Filosofia da linguagem: Introdução crítica à semântica filosófica” (2014) o autor, Luiz Henrique de Araújo Dutra, apresenta uma interpretação pragmatista da linguagem. Tal interpretação serviu com base para, neste trabalho, discutir o que seria uma visão contextualista do significado. Contudo, vale resaltar que tal interpretação pragmatista é uma das possibilidades que se tem dessa abordagem.

Na visão pragmática, no que diz respeito às questões da semântica filosófica, a linguagem deve ser considerada como uma interação de eventos de comunicação que envolve os falantes de uma língua. Tais eventos devem ser percebidos como eventos de uma espécie particular de colaboração entre os indivíduos que compartilham tal forma de linguagem. Esta concepção caracteriza-se como holista, visão segundo a qual não podemos isolar uma sentença de todo o seu contexto linguístico (Dutra, 2014).

De acordo com Dutra (2014), do ponto de vista pragmático, ao se analisar o contexto faz-se necessário destacar alguns pontos específicos como: a intenção de comunicação do falante; o estímulo que ele apresenta ao interlocutor; os outros elementos de uma cena (ou estado de coisas) na qual estão presentes o falante e o interlocutor, e que são parte do estímulo total para ambos os participantes da cena; a resposta do interlocutor, que pode ser estritamente verbal ou não; a interpretação do falante e do interlocutor da relação estímulo-resposta-estado de coisas (relação de comunicação); e por fim, a intenção de comunicação do interlocutor. Assim, para essa interpretação pragmatista, o que há de primordial no significado de uma sentença, é a relação de comunicação dada em um contexto. Essa relação de comunicação consiste na interpretação do contexto, que é constituído pelo estímulo verbal oferecido pelo falante, a resposta do interlocutor e o estado de coisas presente na cena. Desse modo, os significados estão necessariamente ligados aos contextos de comunicação e colaboração dos falantes.

### **Teoria do Comportamento Verbal**

O comportamento verbal é modelado e mantido por um ambiente verbal, ou seja, por indivíduos que respondem de determinada maneira ao comportamento de outros indivíduos devido às práticas do grupo do qual eles são membros. Essas práticas somadas à interação resultante entre o falante e o ouvinte produzem os fenômenos

considerados como comportamento verbal (Skinner, 1957). Nessa seção será discutida a teoria do Comportamento Verbal, bem como as principais críticas de analistas do comportamento a essa teoria.

Na teoria skinneriana do comportamento verbal, há o conceito de audiência. A audiência é um ouvinte (ou mais) que tem função de estímulo discriminativo na presença do qual o comportamento verbal é caracteristicamente reforçado. Os estímulos discriminativos (ouvintes) tornam-se, por sua vez, reforçadores e por isso controlam a ocasião na qual o comportamento do falante é emitido. Entretanto, para caracterizar o que seria uma audiência, é importante que não se confunda a ação do ouvinte em reforçar o comportamento do falante em um episódio verbal. A caracterização de um ouvinte como audiência está relacionada à estimulação que esse promove antes do falante emitir o comportamento verbal (Skinner, 1957).

Além da definição do parágrafo anterior, encontram-se ainda outras características do conceito de audiência importantes de serem descritos. De acordo com Skinner (1957):

1. A audiência estabelece uma condição para o reforço de uma ampla classe de respostas. Diferentes audiências controlam diferentes classes de resposta do repertório do falante.

2. A audiência não determina apenas a ocorrência do comportamento verbal, mas também as respostas específicas a serem emitidas, ou seja, a audiência controla a língua que será falada, o assunto, etc.

3. O controle que um ouvinte específico exerce sobre o falante é produto de uma história possivelmente longa. Isso não significa que a cada novo ouvinte que entre em relação com o falante irá se tornar uma audiência apenas após uma longa história comportamental. O repertório com o qual o falante se comporta frente a esse novo

ouvinte depende da semelhança funcional desse ouvinte com aqueles que reforçaram o comportamento do falante no passado.

4. Na ausência de uma audiência, a probabilidade de um comportamento verbal ser emitido é baixa. Mas, tal probabilidade, também pode ser menor na presença de um ouvinte que, em geral, não reforça o comportamento verbal do falante.

De uma perspectiva contextual, a audiência pode ser compreendida como um contexto no qual o comportamento ocorre. Segundo Morris (1988), que possui uma visão contextualista da Análise do Comportamento, o contexto pode ser compreendido como histórico ou atual. O contexto histórico é filogenético e ontogenético, e estabelece as funções dos estímulos aos quais o organismo vai responder. Já o contexto atual, estabelece quais comportamentos específicos podem e irão ocorrer em um dado momento. Partindo dessa perspectiva, a audiência pode ser compreendida tanto como um contexto histórico como atual, no sentido de que o controle que uma audiência específica exerce sobre o falante é produto de uma história ontogenética, mas no momento em que determinada audiência está presente ela estabelece os estímulos aos quais o indivíduo deve responder naquela situação específica.

Apesar da probabilidade do comportamento verbal ser emitido na ausência de uma audiência ser baixa, há ocasiões em que o falante é o seu próprio ouvinte. Quando um indivíduo emite um comportamento verbal ou na ausência de uma audiência, ou seja, “fala consigo mesmo”, de forma aberta ou encoberta, é comum que esse comportamento seja explicado como sendo resultado de “egos” ou “personalidades” que fazem parte do indivíduo. Essa concepção é incompatível com a teoria skinneriana do comportamento verbal, principalmente pelo fato dessa tese tradicional ser internalista. Nesses casos em que o falante automaticamente se reforça, esse deve ser considerado

como uma audiência que afeta a força de partes relevantes de seu comportamento. (Skinner, 1957).

Para esclarecer o que são essas explicações internalistas do comportamento e porque a teoria skinneriana rejeita essas explicações, é importante salientar que o senso comum, e também uma série de abordagens psicológicas, defendem que o comportamento é uma evidência, uma manifestação ou expressão de algo oculto no interior do indivíduo. Pensamentos, sentimentos, mecanismos neurais ou fisiológicos, instintos, personalidade, inteligência, motivação ou estados mentais, são exemplos desse algo “oculto” dentro do indivíduo. Dessa perspectiva o que se considera como comportamento pode ser: um indício de processos que ocorrem no interior da pessoa ao comportar-se (processos fisiológicos, neurológicos, mentais no sentido de decodificação de informações, armazenamento e recuperação de memória, tomada de decisões, escolhas, atribuição de causalidade, atitudes, por exemplo); uma expressão de outros tipos de eventos que ocorrem dentro do organismo, como desejos, intenções e sentimentos; uma manifestação da essência do eu, um núcleo do ser, uma personalidade. Diferentemente da perspectiva elucidada no início do parágrafo, a posição filosófica da teoria skinneriana não aparta o indivíduo do comportamento. Skinner critica a ideia de um homúnculo metafórico que determinaria o comportamento humano. As explicações causais, para Skinner, são consideradas em termos de relações funcionais entre o indivíduo e o ambiente (Carrara, 2004).

Um dos eventos tidos como causa de comportamento pelas teses internalistas é a emoção ou sentimento. Skinner (1957) discute como a sua teoria do comportamento verbal compreende as respostas emocionais que os indivíduos emitem em situações verbais. Segundo o autor, as respostas emocionais do ouvinte não explicam o comportamento, ou seja, o indivíduo não se comporta porque sentiu ou deixou de sentir



algo. O autor elucida então que tais reações emocionais são condicionadas ao comportamento verbal, por meio do já conhecido condicionamento pavloviano. Assim, a reação emocional é usualmente um subproduto de alguma outra função verbal. Entretanto na perspectiva do ouvinte é difícil discriminar a propriedade do estímulo que gera tal efeito. Isso se deve tanto às características de tais reações, quanto também ao fato de que elas não fazem parte de forma explícita das contingências de reforço. À medida em que os efeitos emocionais se tornam condicionados, pode-se apontar uma relação funcional entre o comportamento e a reação emocional do ouvinte. Mas tais reações podem ocorrer independentemente das fontes do comportamento verbal (Skinner, 1957).

Outro importante ponto que a obra *Verbal Behavior* (1957) apresenta é a crítica skinneriana a respeito das teorias tradicionais do significado. Uma delas é a teoria da referência, utilizada pela semântica para elucidar a questão do significado. A teoria da referência compreende que para cada objeto no mundo existe uma palavra referente que denomina tal objeto, ou seja, cada resposta “se refere a”, “nomeia”, “indica”, “fala sobre”, “designa” ou “representa” seu estímulo. A crítica de Skinner (1957) a essa compreensão se dirige ao fato de que apesar de focar tanto a resposta quanto o estímulo, ela não traça uma relação funcional entre eles. Outra questão levantada por Skinner (1957), é que podemos chamar diversos objetos por um mesmo nome, por exemplo, podemos denominar diversas cadeiras, com a palavra “cadeira”, porque uma comunidade, por meio do reforço diferencial, colocou os indivíduos sob controle dos estímulos ou das propriedades do estímulo que compõe o objeto cadeira, com base na sua função para essa comunidade. Pode-se chamar de cadeira qualquer objeto com essa função, mesmo sem ter visto uma cadeira específica anteriormente. Por esse motivo

parece equivocado afirmar que para cada objeto existe uma palavra que corresponde somente a ele.

Ainda sobre a teoria da referência, saindo do âmbito das palavras e partindo para algo mais complexo, temos as sentenças. Com relação a isso a teoria referencial afirma que as sentenças não somente se referem às coisas, mas dizem algo sobre elas, ou ainda, sentenças transmitem ou comunicam proposições. Sobre isso Skinner (1957) diz que o termo proposição é muito similar a ideia. Esse termo remete à teoria da *expressão de ideias* que afirma que elas são aquilo que se passa na mente do indivíduo. A crítica de Skinner a esse tipo de definição se encontra na dificuldade de se obter evidências para a existência de ideias. Pois, o que ocorre quando se tenta explicar o que seria esse evento, é uma regressão infinita de expressões que terminam por identificar a ideia com a própria expressão, ou seja, uma expressão é parafraseada em outra com o mesmo significado, como é o caso das expressões “ideia” e “proposição”, por exemplo. (Abib, 1994).

Diante desses argumentos contrários à teoria da referência, Skinner (1957) propõe uma tese alternativa que é o conceito de tato, que elucidada, entre outras coisas, que se uma resposta é reforçada em uma situação, qualquer estímulo presente nessa ocasião, ou qualquer propriedade de um estímulo, pode adquirir em alguma medida o controle sobre o comportamento verbal.

O termo tato, conforme descrito na introdução, é um operante verbal, e se refere a “estar em contato”. Esse operante verbal se caracteriza por ser mantido por reforço generalizado e controlado por estímulos discriminativos não verbais, como, por exemplo, objetos, eventos ou propriedades de objetos ou eventos. Tal característica faz com que o tato se diferencie dos demais operantes verbais. Outra característica importante do tato é que ele atua em “prol” do ouvinte, diferentemente de outros

operantes verbais, como o mando, por exemplo. Isso porque, ele aumenta o contato do ouvinte com o ambiente. Por esse motivo é que a comunidade verbal reforça esse tipo de operante (Bandini & De Rose, 2006).

O controle que o estímulo discriminativo não verbal exerce sobre o tacto se deve ao reforço generalizado, de forma semelhante a outros operantes verbais. Quando o reforçador é de fato um reforço generalizado, temos o que Skinner (1957) classificou como tacto puro. Entretanto, é mais provável que o tacto ocorra juntamente com características de outros operantes verbais. Nesses casos tem-se o tacto impuro.

Dois processos complementares são característicos no controle de estímulos nos tatos: a generalização e a abstração. Esses dois processos são responsáveis pelo estabelecimento desse tipo de operante. A generalização é o processo no qual ocorre a ampliação de estímulos discriminativos presentes nas ocasiões nas quais uma resposta poderia ser emitida. Quando uma resposta, membro de uma classe, é reforçada em uma dada ocasião, qualquer estímulo ou propriedade do estímulo presente na ocasião pode exercer controle sobre a emissão daquela classe de resposta. Já no processo de abstração ocorre o oposto, há uma redução das situações nas quais os tatos podem ser emitidos. Essa diminuição é consequência do reforçamento promovido pela comunidade verbal, no qual uma resposta é colocada sob controle de propriedades específicas de estímulos ou eventos (Bandini & De Rose, 2006).

Segundo a teoria skinneriana, o tato é responsável por colocar os indivíduos em contato com o mundo e também com o mundo privado. Por meio do tato é que estimulações que apenas o falante tem acesso se tornam públicas, como os sentimentos, por exemplo. Algo importante a se acrescentar sobre o tato, é que para que um indivíduo seja capaz de descrever os eventos privados, é necessário que a comunidade verbal ensine esse repertório por meio de modelagem. Como a estimulação privada não

é acessível à comunidade verbal, ela se baseia em estímulos públicos correlatos aos estímulos privados, por exemplo, para fornecer o reforço diferencial ao falante (Bandini & De Rose, 2006; Skinner, 1957). O tato é um operante verbal que auxilia a elucidar como a teoria skinneriana se distingue das teses internalistas e também das teses tradicionais do significado. Isso se deve a maneira como as relações de controle entre estímulos são explicadas nessa teoria.

Segundo Skinner, (1957), apesar de ser possível que propriedades formais da resposta vocal, especialmente sua entonação, possam sugerir um tipo de variável de controle, não se pode fazer uma análise partindo apenas dessa evidência. A teoria do comportamento verbal, não é uma classificação a partir apenas das propriedades formais da resposta. Para classificar de forma efetiva o comportamento verbal, é necessário conhecer as circunstâncias sob as quais ele é emitido.

Por exemplo, uma criança em dado momento pode dizer a palavra “boneca” para pedir uma boneca e em outro momento para descrever um objeto que se pareça com uma boneca. Entretanto, quando a resposta “boneca” foi adquirida como um mando, a criança adquiriu espontaneamente o tato correspondente. Caso os dois tipos de operantes sejam partes do repertório da criança, é necessário explicá-los separadamente. O mando “boneca” e o tato “boneca” envolvem relações funcionais distintas, que só podem ser explicadas a partir da análise de todas as variáveis relevantes. Portanto, torna-se necessário compreender a história de uma forma particular de resposta e de todas as variáveis que adquiriram controle sobre ela (Skinner, 1957).

Contudo, tal modo de compreender os fenômenos relativos ao comportamento verbal recebeu críticas tanto de outras áreas do conhecimento, como também de analistas do comportamento. Nessa seção iremos focar nas críticas elaboradas por Hayes e colaboradores, principalmente as que constam na obra *Relational Frame Theory: A*

*Post-Skinnerian Account of Human Language and Cognition* (2001), por se tratar de uma obra de referência no que diz respeito à RFT. Tais críticas estão principalmente no capítulo da obra e servem de base para que os autores façam suas proposições a cerca da RFT.

Uma das questões apontadas por Hayes e Barnes-Holmes (2001), é a conceituação de comportamento verbal. Para a teoria skinneriana, comportamento verbal seria todo comportamento do falante que venha a ser conseqüenciado por meio da mediação de um ouvinte, que foi modelado por uma comunidade verbal para exercer tal mediação. Essa definição é criticada pelos autores, eles afirmam que ela teria problemas conceituais e não seria funcional. O argumento utilizado por eles é o de que a definição parte da história de outro organismo, que seria o ouvinte, para conceituar o comportamento do falante. Os autores ressaltam que esse seria um problema conceitual porque nenhum outro conceito da Análise do Comportamento é definido dessa forma, pois em geral os conceitos são definidos a partir da história de um único organismo e das circunstâncias contextuais atuais. Para os autores esse também seria um equívoco de ordem empírica, pois parece haver necessidade de estudar a história do ouvinte para categorizar o comportamento do falante. Contudo, o comportamento verbal é um tipo de comportamento social. Por definição, o comportamento social é considerado como o comportamento de duas ou mais pessoas em relação uma à outra, ou ainda, o comportamento de duas ou mais pessoas em relação ao ambiente em comum (Skinner, 1953/1965). Assim, a conceituação de comportamento verbal, não é a única na Análise do Comportamento a ser definida a partir da história de mais de um organismo. Além disso, pelo comportamento verbal se tratar de um comportamento social é coerente com o restante da teoria, que ele seja analisado sem que seja desvinculado do contexto no qual ele ocorre, que é o social. Além disso, de um ponto de vista contextual, seria

contraditório separar o comportamento do ouvinte do comportamento do falante, já que nessa perspectiva nenhum estímulo possui significado em si mesmo.

Outra questão sobre a teoria do comportamento verbal de Skinner apontada por Hayes e Barnes-Holmes (2001) é que tal teoria foi elaborada a partir de interpretações dos, já anteriormente conhecidos, dados acerca do comportamento operante. Contrariando a tradição analítico comportamental de desenvolver suas teorias partindo da ciência básica em direção à aplicada. Para os autores a consequência disso foi que até aquele momento, nenhum pesquisador conseguiu elaborar um meio adequado para que uma análise experimental do comportamento verbal fosse possível. Na ausência de um meio de fazer uma análise experimental, alguém que tente usar as categorias de comportamento verbal de Skinner, deve confiar na topografia da resposta ou fazer especulações acerca de sua história e função. Embora, a teoria do Comportamento Verbal, a princípio tenha sido desenvolvida de maneira interpretativa, atualmente há diversas pesquisas básicas sendo publicadas, que se embasam nessa teoria skinneriana<sup>3</sup>.

Por fim, os proponentes da RFT fazem ainda mais uma crítica com relação à teoria skinneriana. Essa crítica se refere à amplitude da definição de comportamento verbal. Segundo Hayes e Barnes-Holmes (2001), Skinner definiu que o comportamento verbal era um operante discriminado, distinguido apenas por uma fonte especial de reforço. De acordo com os autores, muitos comportamentos compreendidos como não verbais, poderiam se encaixar nessa definição. Para exemplificar o quão ampla é essa definição, os autores dão o exemplo do rato pressionando a barra. Nesse caso existe um operante discriminado, pressão a barra, que é reforçado por uma comunidade científica especialmente treinada para responder ao comportamento do rato. Ou seja, segundo os

---

<sup>3</sup> O *The Analysis of Verbal Behavior* é um periódico que tradicionalmente publica pesquisas desse tipo.

autores, a definição de comportamento verbal, acaba por incluir, mesmo que de forma não intencional, o comportamento de animais experimentais em situações nas quais os reforços são fornecidos por um experimentador ou por um aparato projetado com esse objetivo, que dessa forma se assemelham a mediação do reforço pelo ouvinte.

Dito isso, na próxima seção será apresentada de forma mais aprofundada a RFT e seus principais conceitos elaborados por Hayes e seus colaboradores na tentativa de propor soluções para as críticas feitas por eles para a teoria skinneriana do comportamento verbal.

### ***Relational Frame Theory***

Segundo Hayes et al. (2001), a Teoria das Molduras Relacionais (RFT-Relational Frame Theory), visa uma explicação de caráter psicológico a respeito da linguagem e cognição humanas. O termo molduras relacionais surgiu a partir de uma metáfora, que se refere a recursos funcionais característicos de algumas classes de respostas. Tal metáfora visa elucidar que assim como uma moldura pode enquadrar diversas imagens, uma classe de respostas (moldura), fornece um padrão funcional geral, mas o contexto atual (imagem), fornece os estímulos formais específicos nos quais as classes de resposta irão operar. O termo “moldura relacional” também tem por objetivo indicar tipos particulares de respostas relacionais. Dito de forma mais técnica, uma moldura relacional é uma classe de respostas relacionais arbitrariamente aplicáveis, e que possuem as seguintes propriedades definidoras: implicação mútua, implicação combinatória e transformação de função.

A moldura relacional se deve a uma história de respostas relacionais relevantes e aos estímulos contextuais envolvidos, e não se baseia apenas no treinamento direto, não relacional, envolvendo os estímulos particulares de interesse, e também não se sustenta somente nas características não arbitrarias dos estímulos ou na relação entre eles.

Assim, as molduras relacionais são tanto um fenômeno, quanto um processo. Já as propriedades definidoras (implicação mútua, implicação combinatória e transformação de função), não são processos, são resultados, (pois elas não elucidam as molduras), elas definem esse conceito. De acordo com Hayes et al. (2001), em geral o termo “moldura relacional” é mais usado devido à praticidade, mas no geral sempre significar “emoldurar eventos relacionalmente”, pois o termo se refere a um comportamento. Elucidando, “resposta relacional arbitrariamente aplicável” é o nome genérico para o comportamento desse tipo, enquanto uma moldura relacional é um tipo específico de tal resposta.

A RFT argumenta que o responder relacional arbitrariamente aplicável (RRAA) é uma classe operante generalizada. O conceito de um operante generalizado tem sido frequentemente usado na tradição analítico comportamental para explicar comportamentos complexos. Tal termo visa enfatizar que as classes de respostas operantes são definidas de acordo com seus efeitos funcionais, e não de acordo com sua topografia (Hughes & Barnes-Holmes, 2016).

O RRAA representa um tipo de comportamento que acelera rapidamente a aprendizagem à medida que cada vez mais estímulos são relacionados. Por exemplo, uma vez que um indivíduo tenha aprendido a responder de uma maneira arbitrariamente aplicável, ele pode relacionar qualquer estímulo a outro estímulo de um número quase infinito de maneiras. Um indivíduo pode relacionar estímulos sem semelhança física (como palavras faladas, palavras escritas e imagens) e essas relações podem vir a controlar como ele subsequentemente responde (Hayes et al., 2001; Hughes & Barnes-Holmes, 2016).

Antes de fazer mais esclarecimentos acerca do RRAA, é necessário clarificar o que seria o responder relacional: a maioria dos organismos vivos, dado o treinamento



apropriado, é capaz de responder às relações entre as propriedades físicas de dois ou mais estímulos. É disso que se trata o responder relacional, a emissão de uma resposta baseada nas características formais dos estímulos. Já a resposta relacional arbitrariamente aplicável não se baseia apenas nas propriedades físicas da relação entre estímulos. Assim, ela opera sobre qualquer estímulo do contexto relacional apropriado, ou seja, ela é arbitrariamente aplicável. O termo arbitrariamente aplicável é empregado no sentido de que, em alguns contextos, essa resposta está sob o controle de sugestões que podem ser modificadas com base nas relações sociais. O RRAA é semelhante ao fenômeno da abstração, mas, neste caso, o padrão de resposta entre um conjunto de estímulos é abstraído e colocado sob o controle de uma dica contextual (Hayes et al., 2001).

Por meio de interações precoces da linguagem natural, os bebês humanos são expostos a uma ampla variedade de estímulos e contextos nos quais as consequências diferenciais são fornecidas. Essa relação, entre estímulo e contexto, baseia-se inicialmente nas propriedades não arbitrarias dos estímulos envolvidos, mas a exposição a um número suficiente de exemplares de topografia variável faz com que determinadas propriedades do estímulo se tornem “irrelevantes” e coloca a relação funcional sob o controle de sinais contextuais arbitrários. Quando diferentes tipos de relação são abstraídos e colocados sob o controle de estímulos, chamados pela RFT de dicas contextuais, que se estendem além das propriedades físicas dos eventos relacionados, a resposta relacional é considerada arbitrariamente aplicável (Hughes & Barnes-Holmes, 2016).

Como já descrito acima, um dos termos que definem as molduras relacionais é a implicação mútua. Esse termo é utilizado para descrever a bidirecionalidade própria das respostas relacionais, mesmo quando a bidirecionalidade não é simétrica. Ele serve

como um termo mais genérico para o que é chamado de “simetria” na equivalência de estímulos. Assim, uma relação entre dois eventos envolve responder a um evento em termos de outro e vice-versa. Por exemplo, se um estímulo A está relacionado ao B, então B está relacionado a A. Se A for maior que B, então B é menor que A. Se a primeira relação for especificada, a segunda é implicada, por isso o termo implicação mútua (Hayes et al., 2001).

Por sua vez, o termo implicação combinatória denota uma relação de estímulos derivados em que duas ou mais relações de estímulo (treinadas ou derivadas) se combinam mutuamente. Por exemplo, a implicação combinatória se aplica quando, em um determinado contexto, o estímulo A está relacionado a B e B está relacionado a C, então, como resultado, A e C estão mutuamente relacionados nesse contexto. Assim, implicação combinatória é o termo genérico para o que é chamado de ‘transitividade’ e ‘equivalência’ na Equivalência de Estímulos (Hayes et al., 2001).

Já a transformação de função é utilizada para denotar de forma mais adequada quando estão envolvidas outras relações além da equivalência. Anteriormente o termo utilizado era “transferência de função”, mas esse passou a não se adequar ao fenômeno que a RFT tenta descrever e que caracteriza as molduras relacionais. Para explicar melhor a concepção da transformação de função, os autores dão o seguinte exemplo de uma moldura de oposição:

Suponha que uma pessoa seja treinada para selecionar o estímulo B como o "oposto" do estímulo A. Agora suponha que A recebe uma função punitiva condicionada, tal como emparelhando-a com uma perda de pontos. Pode-se prever que B teria então funções reforçadoras (sem ter essa função diretamente treinada), em virtude de sua relação “oposta” ao estímulo A que é punitivo. (...) Parece incorreto dizer que os efeitos reforçadores “se transferiram”, em tal caso,

porque foram adquiridos indiretamente por meio da relação de oposição entre B e um estímulo punidor <sup>4</sup>(Hayes, et al., 2001, p. 32).

Outro aspecto importante de se salientar sobre a transformação de função é que ela deve estar sobre controle contextual. Pois, geralmente os estímulos adquirem diversas funções, se todas as funções de um estímulo forem transferidas para outro, deixará de haver dois estímulos psicológicos separados.

Retomando a questão das molduras relacionais, de acordo com os teóricos da RFT, até o momento foi possível definir as seguintes molduras relacionais: coordenação, oposição, distinção, comparação, hierarquia, temporal e dêitica (Hayes et al., 2001; Perez, 2013).

A moldura de coordenação é a que abrange as relações de identidade, igualdade ou semelhança (isso é igual ou semelhante a aquilo). Grande parte do treinamento inicial de linguagem recebido por crianças parece ser desse tipo. Portanto, a moldura relacional de coordenação é, provavelmente, a primeira a ser suficientemente abstraída para que posteriormente a sua aplicação se torne arbitrária. Podemos dizer que as molduras de coordenação estabelecem classes de equivalência, ou seja, o estímulo A é o mesmo que o estímulo B, além disso, incluem outras relações derivadas de similaridade ou igualdade. Assim, a maior parte da pesquisa em equivalência de estímulos está relacionada a essa moldura (Hayes et al., 2001).

A moldura de oposição descreve a relação entre um estímulo que difere de outro na direção oposta ao longo de um continuum. Geralmente, essa moldura especifica

---

<sup>4</sup> Original: “Suppose a person is trained to select stimulus B as the “opposite” of stimulus A. Now suppose that A is given a conditioned punishing function, such as by pairing it with a loss of points. It might be predicted that B would then have reinforcing functions (without having that function directly trained), by virtue of its “opposite” relation to the punishing A stimulus. (...) It hardly seems right to say that the reinforcing effects “transferred” in such a case, because they were acquired indirectly through the relation of opposition between B and a punisher.

aquilo que é relevante para a relação, por exemplo, em uma relação sobre luminosidade, ‘claro’ é oposto de ‘escuro’, mas esses estímulos não servem para comparações de outra natureza. Porém, quando se trata de uma resposta relacional arbitrariamente aplicável, a lógica simbólica pode especificar que A é o oposto de B, sem estipular qual dimensão está envolvida na resposta relacional (Hayes et al., 2001).

A moldura de distinção se distingue da de oposição no sentido de que, a primeira moldura envolve responder a um evento em termos de suas diferenças em relação a outro evento, e ao contrário da moldura de oposição, a natureza de uma resposta apropriada geralmente não é especificada. “Se me disserem apenas ‘isto não é água morna’, não é possível saber se a água está gelada ou fervendo”<sup>5</sup> (Hayes, et al., 2001, p. 36).

A característica da moldura de comparação é responder a um evento em termos de uma relação quantitativa ou qualitativa ao longo de uma dimensão especificada com outro evento. Sendo que existem muitos subtipos específicos de comparação (por exemplo, maior/menor, rápido/lento, melhor/pior). Embora cada subtipo possa requerer sua própria história, a semelhança pode permitir a aprendizagem mais rápida de outros subtipos (Hayes et al., 2001; Hughes & Barnes-Holmes, 2016).

As relações hierárquicas são de grande importância na análise do uso das relações verbais utilizadas para abstrair as propriedades do ambiente não arbitrário. As relações "parte-todo" ou "atributo de" são hierárquicas e, quando aplicadas ao ambiente não arbitrário, englobam características físicas abstratas para as redes relacionais, permitindo o uso dessas propriedades verbalmente abstraídas como pistas relacionais verbais e como eventos relacionados verbalmente. São exemplos de molduras

---

<sup>5</sup> Original: If I am told only “this is not warm water,” I do not know if the water is ice cold or boiling.

hierárquicas: ‘maças são frutas’ e ‘maças são doces’, que evidenciará que algumas frutas são doces (Hayes et al., 2001; Hughes & Barnes-Holmes, 2016).

As molduras relacionais denominadas temporais são basicamente semelhantes as molduras de comparação. Entretanto, a mudança do tempo é sempre unidirecional, do “agora” para o novo “agora”. Até mesmo os organismos não verbais são extremamente sensíveis a sequências de mudanças (ex. esquemas de reforço). No entanto, abstrair a dimensão física ao longo da qual os comparativos temporais /causais são organizados é uma ação altamente verbal e que parece exigir entendimento do uso de metáforas (Hayes et al., 2001; Hughes & Barnes-Holmes, 2016).

Por fim, as molduras dêiticas podem ser definidas por especificarem a perspectiva do falante, são exemplo as relações: eu/você, aqui/lá, agora/e naquele momento. Algumas relações podem ou não ser dêiticas, como frente/trás ou acima/abaixo, dependendo da perspectiva adotada. Tal espécie de moldura, vinculada a uma perspectiva, não podem ser atribuídas a dimensões formais no ambiente. Em vez disso, a relação entre o indivíduo e outros eventos serve como a variável constante na qual essas molduras são baseadas. Essas propriedades parecem ser abstraídas por meio da aprendizagem para falar sobre a própria perspectiva em relação a dos outros indivíduos (Hayes et al., 2001; Hughes & Barnes-Holmes, 2016).

A partir de um conjunto de várias molduras, originam-se redes relacionais, que correlacionam classes relacionais com outras classes relacionais. Isso significa que se tomarmos como exemplo uma classe de estímulos que está em uma relação de oposição com outra classe, tal relação de oposição se estende para todos os estímulos contidos em uma classe, e todos eles serão opostos a todos os outros da outra classe (Hayes et al., 2001).

Com o intuito de propor uma estrutura conceitual para orientar as pesquisas acerca das molduras relacionais, os proponentes da RFT elaboraram um modelo denominado multidimensional multinível ou MDML. O modelo do MDML é composto por quatro dimensões, são elas: coerência, complexidade, derivação e flexibilidade; e cinco níveis: implicação mútua, molduras relacionais, redes relacionais, relacionando relações, relacionando de redes relacionais <sup>6</sup> (Barnes-Holmes et al. 2016; Barnes-Holmes et al., 2017).

Conceituando cada uma das dimensões, pode-se dizer que a coerência se refere à medida que um padrão particular de resposta relacional produz consequências relativamente consistentes. Por exemplo, se alguém disser que A é maior que B, é esperado que se concluísse que B é menor que A. Por sua vez, a complexidade refere-se às várias maneiras pelas quais os padrões de respostas relacionais podem diferir em termos de propriedades, tais como número de estímulos e variedades de controle contextual. Por exemplo, todas as coisas sendo iguais, uma resposta relacional mutuamente implicada é menos complexa do que uma resposta relacional combinatoriamente implicada. Derivação refere-se à frequência em que um determinado padrão de resposta relacional foi anteriormente derivada. A primeira vez que uma resposta derivada é emitida ela é altamente derivada (nova ou emergente), assim, o nível de derivação diminui à medida que a resposta se torna mais frequente. Por fim, as respostas podem ser relativamente mais flexíveis ou inflexíveis. Por exemplo, uma resposta será mais flexível quanto mais “sensível” às variáveis contextuais atuais o indivíduo estiver (Barnes-Holmes et al., 2017).

---

<sup>6</sup> Original: “Dimensions: Coherence, complexity, derivation, flexibility. Levels: mutually entailing, relational framing, relational networking, relating relations, relating relational networks”. (Barnes-Holmes et al., 2017, p. 2).

A coerência, complexidade, derivação e flexibilidade, interagem em múltiplos níveis (os cinco níveis descritos acima) do desenvolvimento comportamental, o que resulta em uma infinidade de possíveis unidades de análise. E cada uma dessas unidades pode ser conceituada como uma classe de resposta verbal ou relacional. Desse modo, o MDML visa evidenciar a natureza operante e verbal, do RRAA, com foco na influência das contingências diretas em suas unidades operantes (verbais) de análise, desde as respostas relacionais básicas até as mais complexas (Hughes & Barnes-Holmes, 2016).

### **Convergências e divergências entre a Teoria do Comportamento Verbal e a *Relational Frame Theory***

Primeiramente é importante ressaltar que, o modo com que a teoria skinneriana define os estímulos e respostas em termos de propriedades físicas, como, cor, textura, tamanho, etc., remete a uma forma fisicalista, que pode levar a conclusão de que cada instância do comportamento pode ser analisada separada das demais. Ou ainda, se for interpretado que o ponto de partida para a análise, na teoria skinneriana, é o estímulo, tal teoria se distancia de forma importante da compreensão contextualista dos fenômenos. Pois, do ponto de vista contextualista o ponto de partida da análise não pode ser o estímulo, o início deve ser sempre a relação que se dá em um contexto. Contudo, o fato de o operante ser definido em termos de classe de resposta que se relaciona com uma classe de estímulos, que só podem ser definidas a partir de um comportamento, abre precedente para uma interpretação contextualista da teoria skinneriana (Biglan & Hayes, 2016; Carrara, 2004).

Conforme já elucidado, a teoria do Comportamento Verbal possui críticas às teorias tradicionais do significado, principalmente à teoria da referência. De acordo com Abib (1994) a teoria skinneriana do significado é inteiramente anti-referencial e se constitui como uma teoria contextual do significado. O autor sustenta essa afirmação em

quatro pontos: Primeiro, o comportamento verbal se mantém por meio de contingências reforçadoras que ocorrem em um contexto linguístico e cultural. Segundo, o que explica a emissão do comportamento verbal é toda a história de reforçamento, e não apenas o reforço em uma situação específica. Terceiro, é a relação de contingências de reforço que concede significado ao comportamento verbal. Quarto, dessa perspectiva, o significado é o que explica a emissão do comportamento verbal. Ou seja, “(...) é o contexto da linguagem e da cultura que constrói o significado que explica a emissão do comportamento verbal.” (Abib, p. 484, 1994).

Para elucidar melhor como a teoria skinneriana do significado pode ser contextualista, usar-se-á algumas colocações de Morris (1988) a respeito desse assunto. De acordo com esse autor, a concepção que a teoria skinneriana possui do significado é holística, no sentido que nem as respostas, tampouco os estímulos possuem função ou significado em si mesmos, e esse significado surge apenas em relação ao contexto. Ele ainda acrescenta que, para a Análise do Comportamento não existem estímulos que tenham uma função definida *a priori* ou fora de um contexto. Por isso, segundo Morris (1988), o fluxo comportamental e seus recortes de análise são fluídos e estão em constante mudança.

Essas questões levantadas por Abib (1994) e por Morris (1988) estão relacionadas à perspectiva contextualista no sentido de que, para essa teoria, o contexto não é apenas onde se encontram os determinantes do comportamento, que podem ser de diversos níveis, -biológico, social, cultural, etc. -. O contexto, para o contextualismo e por consequência para uma interpretação contextualista da teoria skinneriana, é onde o significado do comportamento emerge. Pois, o comportamento não é mera interação entre estímulos, mas sim entre estímulos que possuem relações funcionalmente estabelecidas pelo contexto. Outra consideração sobre a teoria skinneriana e o



contextualismo, diz respeito à definição de contexto, que não abrange apenas o ambiente público, mas o ambiente privado também, considerando assim que os estímulos privados possuem a mesma natureza que os estímulos públicos, e o que difere um do outro é a acessibilidade do cientista a esses eventos (Morris, 1988).

Como foi dito no parágrafo anterior, para compreender a questão do contexto e do significado, é preciso entender que as relações entre os estímulos são funcionais. O termo relação funcional está no centro da compreensão de causalidade para a Análise do Comportamento. Esse termo dissolve a ideia de causalidade linear, que remete às origens mecanicistas do Behaviorismo, para explicar o comportamento levando em consideração o contexto atual e histórico no qual o comportamento se dá. De acordo com essa perspectiva, a ideia de causa pode ser substituída por uma mudança em uma variável independente e a ideia de efeito por uma mudança em uma variável dependente. Assim, o que era descrito como causa e efeito agora é explicado como relações funcionais entre variáveis (Carrara, 2004; Morris, 1988).

De forma semelhante a teoria do Comportamento Verbal, Hayes, Blackledge e Barnes-Holmes (2001) afirmam, que a RFT por se tratar de uma teoria analítico comportamental a respeito da linguagem e cognição, compreende que as palavras não são referentes das ideias ou produtos da mente humana, e que uma resposta satisfatória para essas questões poderia perfeitamente ser encontrada nas relações funcionais entre comportamentos. Assim, cognição é um comportamento e não um produto de uma mente que se encontra dentro dos indivíduos.

Além disso, a RFT afirma que o responder relacional arbitrariamente aplicável é um operante. No sentido que, operantes são classes de comportamentos formadas a partir de seus efeitos funcionais em determinados contextos. De acordo com Hayes, Hayes e Reese (1988), várias das características do comportamento operante

correspondem a conceitos centrais do contextualismo. Segundo os autores, da mesma maneira que um operante é definido como uma relação entre estímulos - antecedentes, a resposta e a consequência - o *ato* para os contextualistas só pode ser considerado a partir de um contexto. Dessa maneira, uma perspectiva contextual enfoca o comportamento dos organismos interagindo com e em um contexto, sendo que é levado em conta tanto o contexto histórico quanto o situacional. Ou seja, o ato situado no contexto está sempre em andamento, e o comportamento se assemelha sempre mais a um verbo do que a um substantivo (Carrara, 2004; Hayes, Barnes-Holmes, & Wilson, 2012). Esta questão do contextualismo pode ser vista na RFT no conceito de molduras relacionais, que engloba a definição de classes de respostas, que são padrões funcionais gerais, e o conceito de contexto, que é o estímulo formal específico no qual a classe de resposta irá operar. Assim, o comportamento nesse caso seria “emoldurar eventos relacionalmente” (Hayes et al., 2001).

Contudo, há uma diferença qualitativa na maneira em que a RFT e a teoria skinneriana compreendem a aprendizagem operante. Para a RFT, o RRAA é um tipo de comportamento que acelera o processo de aprendizagem por meio da relação entre estímulos, ou seja, o comportamento emerge das relações. Tal emergência do comportamento não é admitida pela teoria skinneriana, onde o comportamento novo ocorre a partir da recombinação entre comportamentos (Bandini & De Rose, 2006; Hayes et al., 2001; Hughes & Barnes-Holmes, 2016).

O RRAA representa um tipo de comportamento que acelera rapidamente a aprendizagem à medida que cada vez mais estímulos são relacionados. Por exemplo, uma vez que um indivíduo tenha aprendido a responder de uma maneira arbitrariamente aplicável, ele pode relacionar qualquer estímulo a outro estímulo de um número quase infinito de maneiras. Um indivíduo pode relacionar estímulos sem semelhança física

(como palavras faladas, palavras escritas e imagens) e essas relações podem vir a controlar como ele subsequentemente responde (Hayes et al., 2001; Hughes & Barnes-Holmes, 2016).

Outros dois conceitos que permeiam tanto a teoria do Comportamento Verbal quanto a RFT são a ideia de classe de respostas e de multideterminação do comportamento. Pois, para se definir o que são respostas de uma mesma classe, leva-se em consideração a função da resposta, e não a sua topografia, o que é bastante relevante para a questão do comportamento verbal. Já que as definições dos operantes verbais são baseadas primordialmente nas suas funções e não nas suas topografias. A multideterminação do comportamento também se faz importante para a questão do comportamento verbal, segundo Carrara (2004), por dois motivos principais. Primeiro, a ocorrência de uma única resposta pode ser função de mais de uma variável. Segundo, uma só variável geralmente afeta mais de uma resposta. De acordo com o autor, seria impossível oferecer uma explicação completa do fenômeno que incluísse todas as variáveis. Assim, o que a obra skinneriana apresenta é uma delimitação das variáveis a serem analisadas, para que seja possível uma explicação efetiva do fenômeno.

Com relação a RFT, no que diz respeito ao conceito de classe de resposta, uma convergência que pode ser traçada com o contextualismo é a questão da restrição quanto a complexidade de um operante. Não há restrição desde que seja possível demonstrar um controle contextual e consequencial sobre o comportamento que está sendo analisado. A participação em uma classe operante não depende das características formais do comportamento envolvido, desde que elas produzam efeitos comuns no ambiente. Assim, um operante não possui limites fixos pré-determinados. O que pode acontecer, é analisar um operante “maior”, como uma composição de elementos “menores”. Entretanto, esse tipo de análise, não exclui examinar os elementos como

comportamentos operantes em si mesmos. De modo semelhante, Pepper (1942), afirma que um filamento da textura pode ser analisado e, conseqüentemente, tornar-se a qualidade de interesse. Contudo, o que impede que o contextualismo se perca em meio a sua fluidez é seu critério para a adequação da análise, ou critério de verdade, que é o trabalho bem-sucedido, ou seja, o sucesso em relação à realização de algum objetivo potencialmente atingível. Por isso, o contextualismo não incentiva a ideia de “análise pela análise”, as análises são feitas somente até o ponto em que ações efetivas podem ser tomadas. Pode-se considerar que esse ponto é a possibilidade da manipulação de variáveis. Nesse sentido, tanto o contextualismo quanto a RFT caminham para algo que a Análise do Comportamento denomina de previsão e controle.

Contudo, há algumas discordâncias por parte dos autores da RFT sobre o termo previsão e controle, sendo que esses optaram por adotar o termo previsão e influência. Os autores da RFT justificam tal mudança pautando-se em três pontos. Primeiro, o controle parece sugerir uma influência determinista e não probabilística. De acordo com isso é relevante a partir do momento que se admite que o comportamento é determinado de múltiplas formas, pois por mais que variáveis que influenciem um comportamento possam ser identificadas, as possibilidades de influência nunca poderão ser totalmente esgotadas. Segundo, o controle, na Análise do Comportamento por vezes pode significar ausência de variabilidade, que não deve ser confundido com a questão da previsão e influência. Terceiro, o controle pode conotar o controle coercitivo. Assim, para os proponentes da RFT o termo previsão e influência parece ser mais preciso (Biglan & Hayes, 2016; Hayes et al., 2001).

Conforme discutido até aqui, é evidente que uma interpretação contextualista da Teoria do Comportamento Verbal é possível, baseada nas convergências entre tal teoria e o contextualismo apresentadas neste estudo. O mesmo é possível dizer da RFT.

Contudo, pode-se perceber que no que diz respeito à RFT, as convergências com o contextualismo podem ser traçadas de forma mais evidente. Por exemplo, no parágrafo anterior onde é elucidado os argumentos dos proponentes da RFT para utilizar o termo previsão e influência ao invés de previsão e controle, é possível perceber que nos argumentos para tal mudança há concepções bastante próximas do contextualismo, como a questão da multideterminação do comportamento e da variabilidade. Contudo, tal multideterminação e variabilidade já eram admitidas por Skinner e também é apontada por diversos autores como uma das convergências entre a teoria skinneriana e o contextualismo (Abib, 1994; Biglan & Hayes, 2016; Carrara, 2004; Hayes, 2016).

Além da questão da troca de previsão e controle para previsão e influência, Hayes (2015) aponta outras questões relevantes para a RFT que na visão do autor distinguem essa teoria da teoria de Skinner. Entre essas questões estão: a precisão, o escopo e a profundidade, que foram adicionados como principais dimensões do resultado; o nível psicológico de análise, que foi definido (RRAA); e o critério de verdade<sup>7</sup>. O autor justifica essas questões como consequências de um exercício de extensão e explicação que a RFT buscou promover da obra skinneriana. Sendo que o objetivo da primeira teoria não é o de apenas “traduzir” conceitos que poderiam se mal interpretados dentro da obra de Skinner. Portanto, o que se pretende clarificar, é que a RFT não se trata de uma teoria do Comportamento Verbal com nomes diferentes para seus conceitos, conforme é possível notar na seção sobre RFT que consta no presente estudo. A começar pelo conceito de RRAA até o conceito de MDML, pode-se perceber que o conceito de operante é explorado para além do descrito na obra de Skinner, mas sem deixar de estar baseado nas definições presentes na mesma (Hayes et al., 2001).

---

<sup>7</sup> Para maiores detalhes consultar Biglan & Hayes (2016).

Por fim, mas não menos importante, vale ressaltar que diferentemente da teoria skinneriana a RFT não se utiliza da divisão ouvinte e falante, tão pouco se preocupa de forma importante com a definição a respeito de comportamentos abertos ou encobertos. Isso se deve principalmente à compreensão de que a partir do momento em que o ser humano desenvolve a linguagem, todo comportamento passa a ser verbal. Pois, por meio das relações arbitrárias, todo comportamento pode ser verbalmente influenciado. Portanto, caracterizar ouvinte ou falante, ou ainda, o que é comportamento aberto ou encoberto, passa a ser irrelevante para a discussão sobre o comportamento, e teorizações sobre a arbitrariedade do comportamento humano passam a ocupar esse espaço (Hayes, 2016).

Conforme já foi dito tanto a RFT, quanto a teoria do Comportamento Verbal, possuem convergências com o contextualismo. Entretanto, grandes divergências, entre a teoria skinneriana do Comportamento Verbal e o contextualismo, podem ser traçadas se o caminho a ser tomado em uma interpretação dessa obra for aquele apontado no primeiro parágrafo desta seção, procurando elementos fisicalistas ou até mesmo mecanicistas na obra de Skinner. Assim, faz-se necessário destacar que a teoria do Comportamento Verbal e a RFT possuem várias diferenças, que perpassam por questões como a forma como abordam o comportamento operante, bem como o modelo explicativo para o comportamento verbal, como pode ser visto nas seções dedicadas a essas teorias nesse estudo. Contudo, se assumirmos uma interpretação contextualista do Comportamento Verbal, é justamente no contextualismo em que se encontra o cerne da convergência entre as duas teorias analisadas até aqui (Hayes, 2016).

### **Considerações Finais**

Este estudo procurou analisar os compromissos teórico-filosóficos do Contextualismo, bem com da teoria do Comportamento Verbal e da Teoria das

Molduras Relacionais, e a partir disso traçar convergências e divergências entre as duas últimas. Tendo como questão norteadora o fato de a RFT propor ou não uma inovação do ponto de vista filosófico, indagando se a teoria do comportamento verbal de Skinner já oferecia uma visão contextualista da linguagem.

Conforme discutido na última seção deste estudo, há várias questões da obra skinneriana em que podemos traçar uma clara relação com o Contextualismo. Portanto, do ponto de vista apenas do Contextualismo a RFT não é “mais” ou “menos” contextualista que a obra de Skinner, ou apresenta uma inovação filosófica nunca antes vista da Análise do Comportamento. O que pode ser notado é uma preocupação dos autores da RFT em especificar de forma clara seus compromissos filosóficos com o Contextualismo (Hayes, 2016), o que não acontece de forma explícita na obra skinneriana, o que gera outras possíveis interpretações para os escritos deste autor. Algo que também é importante se destacar é que há um espaço temporal considerável entre a publicação da obra *Verbal Behavior* (Skinner, 1957) e as primeiras publicações da RFT. Assim, é possível que ao elaborarem seus estudos e publicações os proponentes da RFT já tinham ciência das críticas destinadas a Skinner e buscassem evitá-las ou responde-las de alguma forma.

Por fim, este estudo se ateve ao Contextualismo, e não pretendeu esgotar todas as diferenças de cunho epistemológico entre a teoria do Comportamento Verbal e a RFT. Por isso, no que se refere a essas duas teorias analítico-comportamentais ainda são possíveis muitas outras pesquisas teórico-filosóficas.

## Referências

- Abib, J. A. D. (1994). O contextualismo do comportamento verbal: A teoria skinneriana do significado e sua crítica ao conceito de referência. *Psicol. teor. pesqui*, 10(3), 473-87.
- Abib, J. A. D. (1996). Epistemologia, Transdisciplinaridade e Método. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 12(3), 219-229.
- Bandini, C. S. M. (2008). A geratividade do comportamento verbal: divergências entre as propostas de B. F. Skinner e N. Chomsky. (Tese de doutorado em ciências humanas). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Bandini, C. S. M & de Rose, J. C. C. (2006). *A abordagem behaviorista do comportamento novo*. Santo André, Brasil: Esetec.
- Barbosa, L. M., & Murta, S. G. (2014). Terapia de aceitação e compromisso: História, fundamentos, modelo e evidências. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 16(3).
- Barnes-Holmes, D; Barnes-Holmes, Y.; Hussey, I., & Luciano, C. (2016). Relational Frame Theory Finding: Its Historical and Intellectual Roots and Reflecting upon Its Future Development. In Zettle, R. D., Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D. & Biglan, A. (Eds.). *The Wiley Handbook of Contextual Behavioral Science*, (pp.119-128). Chichester: Wiley Blackwell.
- Barnes-Holmes, D., Barnes-Holmes, Y., Luciano, C., & McEnteggart, C. (2017). From the IRAP and REC model to a multi-dimensional multi-level framework for analyzing the dynamics of arbitrarily applicable relational responding. *Journal of contextual behavioral science*, 6(4), 434-445.



- Biglan, A., & Hayes, S. C. (2016). Functional Contextualism and Contextual Behavioral Science. In Zettle, R. D., Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D. & Biglan, A. (Eds.). *The Wiley Handbook of Contextual Behavioral Science*, (pp. 37-61). Chichester: Wiley Blackwell.
- Boavista, R. (2015). Teoria das Molduras Relacionais. In Lucena-Santos, P., Pinto-Gouveia, J. & Oliveira, M. (Eds.), *Terapia Comportamentais de Terceira Geração*. (pp. 151-178). Novo Hamburgo: Sinopsys
- Carrara, K. (2004). Causalidade, relações funcionais e contextualismo: algumas indagações a partir do behaviorismo radical. *Interações*, 9(17).
- De Araújo Dutra, L. H. (2014). *Filosofia da Linguagem: introdução crítica à semântica filosófica*. Editora UFSC.
- De Rose, J. C. (2012). Classes de estímulos: implicações para uma análise comportamental da cognição. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 9(2), 283-303.
- Gifford, E. V., & Hayes, S. C. (1999). Functional contextualism: A pragmatic philosophy for behavioral science. In *Handbook of behaviorism* (pp. 285-327).
- Gross, A. C. & Fox, E. J. (2009). Relational Frame Theory: An Overview of the Controversy. *The Analysis of Verbal Behavior*, 25, 87–98.
- Hayes, S. C. (2016). Why Contextual Behavioral Science Exists. In Zettle, R. D., Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D. & Biglan, A. (Eds.). *The Wiley Handbook of Contextual Behavioral Science* (pp. 9-16). Chichester: Wiley Blackwell.
- Hayes, S. C. (2016). Acceptance and commitment therapy, relational frame theory, and the third wave of behavioral and cognitive therapies. *Behavior Therapy*, 47(6), 869-885.
- Hayes, S. C., & Hayes, L. J. (1992). Some clinical implications of contextualistic behaviorism: The example of cognition. *Behavior Therapy*, 23(2), 225-249.

- Hayes, S. C., Fox, E., Gifford, E. V., Wilson, K. G., Barnes-Holmes, D., Healy, O. (2001) Derived Relational Responding As Learned Behavior. In Hayes, S.C., Barnes-Holmes, D., Roche, B. *Relational Frame Theory: A Post-Skinnerian Account of Human Language and Cognition*. (pp. 21-50). Nova Iorque: Kluwer Academic Publishers.
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., Roche, B. (2001) Language and Cognition: Constructing an Alternative Approach within the Behavioral Tradition. *Relational Frame Theory: A Post-Skinnerian Account of Human Language and Cognition*. (pp. 3-20). Nova Iorque: Kluwer Academic Publishers.
- Hayes, S. C., Hayes, L. J., & Reese, H. W. (1988). Finding the philosophical core: a review of stephen c. Pepper's world hypotheses: a study in evidence. *Journal of the experimental analysis of behavior*, 50(1), 97-111.
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Wilson, K. G. (2012). Contextual behavioral science: Creating a science more adequate to the challenge of the human condition. *Journal of Contextual Behavioral Science*, 1(1-2), 1-16.
- Hughes, S & Barnes-Holmes, D. (2016). Relational Frame Theory The Basic Account. In Zettle, R. D., Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D. & Biglan, A. (Eds.). *The Wiley Handbook of Contextual Behavioral Science* (pp.129-178). Chichester: Wiley Blackwell.
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2016). Metodologia da pesquisa conceitual em psicologia. In C. Laurenti, C. E. Lopes & S. Araújo (Eds.), *Pesquisa teórica em Psicologia – Aspectos filosóficos e metodológicos* (pp. 41-68). São Paulo: Hogrefe.
- Levin, M. E., Twohig, M. P., & Smith, B. M. (2015). Contextual behavioral science: An overview. In Zettle, R. D., Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D. & Biglan, A.

- (Eds.). *The Wiley handbook of contextual behavioral science* (pp.17-36). Chichester: Wiley Blackwell.
- Lopes, C. E., Laurenti, C., & Abib, J. A. D. (2012). Conversas pragmatistas sobre comportamentalismo radical: Mundo, homem e ética. *Visão de Mundo Pluralista* (pp.43-84). *Santo André: Esetec*.
- Matos, M. A. (1991). As Categorias Formais de Comportamento Verbal em Skinner. XXI Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto. 333-341.
- Mcllvane, W. J. (2003). A Stimulus in Need of a Response: A Review of Relational Frame Theory: A PostSkinnerian Account of Human Language and Cognition. *The Analysis of Verbal Behavior*. 19, 29-37.
- Melo, C. M. (2008). A concepção de homem no Behaviorismo Radical e suas implicações para a tecnologia do comportamento. (Tese de Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Morris, E. K. (1988). Contextualism: The world view of behavior analysis. *Journal of experimental child psychology*, 46(3), 289-323.
- Morris, E. K. (1993). Mechanism and contextualism in behavior analysis: Just some observations. *The Behavior Analyst*, 16(2), 255-268.
- Morris, E. K. (1997). Some Reflections on Contextualism, Mechanism, and Behavior Analysis. *The Psychological Record*, 47(4), 529-542.
- Passos, M. D. L. R. D. (2003). A análise funcional do comportamento verbal em Verbal Behavior (1957) de BF Skinner. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 5(2), 195-213.
- Pepper, S. C. (1942). *World hypotheses: A study in evidence*. Univ of California Press.
- Pérez-Álvarez, M. (2012). Third-generation therapies: Achievements and challenges. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 12(2)

- Perez, W. F., Nico, Y. C., Kovac, R., Fidalgo, A. P., & Leonardi, J. L. (2013). Introdução à Teoria das Molduras Relacionais (Relational Frame Theory): principais conceitos, achados experimentais e possibilidades de aplicação. *Perspectivas em análise do comportamento*, 4(1), 32-50.
- Saban, M. (2015). O que é Terapia de Aceitação e Compromisso? In Lucena-Santos, P., Pinto-Gouveia, J. & Oliveira, M. (Eds.), *Terapia Comportamentais de Terceira Geração*. (pp. 179-216). Novo Hamburgo: Sinopsys.
- Sidman, M. (1971). Reading and auditory- visual equivalences. *Journal of Speech and Hearing Research*, 14, 5-13.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal Behavior*. Nova Iorque, Estados Unidos: Appleton-Century Crofts.
- Skinner, B. F. (1965). *Science and human behavior*. Social Behavior (pp.297-312). Simon and Schuster.

## Apêndices

## PICT<sup>8</sup>

Texto: Hayes, S. C., Fox, E., Gifford, E. V., Wilson, K. G., Barnes-Holmes, D., Healy, O. (2001) Derived Relational Responding As Learned Behavior. *Relational Frame Theory: A Post-Skinnerian Account of Human Language and Cognition*. (pp. 21-50). Nova Iorque: Kluwer Academic Publishers.

### Conceitos

- Teoria das Molduras Relacionais :

“A Teoria das Molduras Relacionais é uma explicação explicitamente psicológica da linguagem e cognição humana.” (p.22, §1)

“A Teoria das Molduras Relacionais abrange a ideia simples de que derivar relações de estímulo é um comportamento aprendido. Pensar em derivar relações de estímulo como comportamento aprendido, operante ou instrumental é difícil, apenas, por causa das qualidades abstratas da ação em questão.” (p.22, §2)

- Moldura relacional:

“Assim como um porta-retratos pode conter muitas imagens, uma respostas pode incluir diferentes características formais e, ao mesmo tempo, ser uma instância definível de um padrão geral. "Moldura" não é um novo termo técnico, e não é uma estrutura, entidade mental ou processo cerebral. É uma metáfora que se refere a um recurso característico de algumas classes de resposta puramente funcionais: a classe comportamental fornece um padrão funcional geral, mas o contexto atual fornece os recursos formais específicos que ocorrem em partes especificadas desse padrão.” (p.27, §4)

“O termo ‘moldura relacional’ foi cunhado para designar tipos particulares de respostas relacionais (Hayes e Hayes, 1989). Uma moldura relacional é uma classe específica de

---

<sup>8</sup> Este material consta nos apêndices para exemplificar ao leitor como foram feitos os PICTs.

respostas relacionais arbitrariamente aplicáveis que possui as qualidades controladas contextualmente de: implicação mútua, implicação combinatória e transformação de funções de estímulo. Depende de uma história de respostas relacionais relevantes para as pistas contextuais envolvidas; e não se baseia apenas no treinamento direto não-relacional em relação aos estímulos particulares de interesse, nem somente às características não-arbitrárias dos estímulos ou da relação entre eles. Uma moldura relacional é, portanto, tanto um resultado quanto um processo. As qualidades controladas contextualmente de implicação mútua, implicação mútua combinatória e transformação de funções de estímulo são resultados, não processos. Eles não explicam as molduras relacionais: elas as definem. O processo é a história que dá origem a um operante relacional que está sob um tipo particular de controle contextual. Dito de outra forma, o processo envolvido é contingência de reforçamento, mas, ao contrário de Sidman (2000), a resposta relacional não é um efeito secundário previamente desconhecido de tais contingências, é o alvo delas.” (p.33, §3)

“Usamos o termo moldura relacional em sua forma nominal por conveniência; no entanto, uma moldura relacional é sempre “emoldurar eventos relacionalmente” - é uma ação. Resposta relacional arbitrariamente aplicável é o nome genérico para comportamento desse tipo, enquanto uma moldura relacional é um tipo específico de tal resposta. A metáfora de uma “moldura” foi adotada para enfatizar a ideia de que esse tipo de resposta pode envolver qualquer evento de estímulo, mesmo os novos, assim como uma moldura pode conter qualquer quadro.” (p.34, §1)

- Operante:

“Skinner usou o termo ‘operante’ para descrever classes que são formadas por seus efeitos funcionais em determinados contextos. Skinner foi bastante claro que a forma ou topografia de uma resposta é insuficiente para determinar seu status em uma análise

funcional. Além disso, não há restrição quanto ao tamanho de um operante, desde que seja possível demonstrar um controle discriminativo e consequencial sobre a unidade construída pelo analista do comportamento.” (p.22, §3)

- Responder relacional

“A maioria dos organismos vivos, dado o treinamento apropriado, é capaz de responder às relações entre as propriedades físicas de dois ou mais estímulos. Por exemplo, macacos rhesus adultos podem ser treinados para selecionar o mais alto dos dois estímulos (que diferem apenas em termos de altura) durante uma série de tentativas de treinamento com estímulos de diferentes alturas. Quando mais tarde for apresentado um estímulo previamente "correto" e um novo estímulo mais alto, os macacos selecionarão o novo estímulo, indicando respostas baseadas em propriedades relacionais e não absolutas dos estímulos (Harmon, Strong e Pasnak, 1982). Esse tipo de resposta relacional, baseado nas características formais dos estímulos, tem sido tradicionalmente denominado “transposição” (ver Reese, 1968, para uma revisão dessa literatura). Embora os detalhes dos métodos envolvidos sejam diferentes, esse fenômeno tem sido demonstrado com uma ampla gama de organismos.” (p.24, §2)

- Responder relacional arbitrariamente aplicável:

“Uma resposta relacional desse tipo não depende mais apenas das propriedades físicas da relação. Ao contrário, ela é exercida sobre qualquer estímulo encontrado no contexto relacional apropriado: ela é arbitrariamente aplicável. Queremos dizer arbitrariamente aplicável simplesmente no sentido de que, em alguns contextos, essa resposta está sob o controle de estímulos que podem ser modificadas com base no capricho social.” (p.25, §2)



“A Resposta relacional arbitrariamente aplicável parece representar uma forma similar de abstração, mas, neste caso, o padrão de resposta entre um conjunto de estímulos é abstraído e colocado sob o controle de uma sugestão contextual arbitrária.” (p.26, §2)

“Quando uma resposta simétrica vem sob o controle contextual de pistas que não sejam os eventos relacionados (como frases ‘é o mesmo que’, ‘é maior que’), ela pode ser aplicada a estímulos que não têm propriedades formais que suportam a relação específica. Suponha que nós arbitrariamente designamos que X é maior que Y, e perguntamos ‘Qual é maior: X ou Y?’, sem propriedades formais para apoiar a resposta relacional, o assunto deve ser discutido. Se eles adivinharem X e essa resposta for reforçada, as contingências são agora previsíveis quando apresentadas pergunta como: ‘Qual é menor: X ou Y?’, inicialmente a criança teria que adivinhar, mas eventualmente a combinação de uma história adequada na presença de ‘Maior que’ e uma história com esses mesmos relatos na presença de ‘menor que’ levará a uma resposta coordenada: os indivíduos que recebem a relação em uma direção irão derivar a relação na outra direção.” (p.27, §3)

- Implicação mútua:

“Uma relação entre dois eventos envolve responder a um evento em termos do outro e vice-versa. Relações de estímulo arbitrárias são sempre mútuas: se A está relacionado a B, então B está relacionado a A. As relações específicas envolvidas podem variar. Se A for maior que B, então B é menor que A. Se a primeira relação for especificada, a segunda é implicada, assim: “implicação mútua”. O termo “implicação mútua” descreve a bidirecionalidade fundamental da resposta relacional, mesmo quando a bidirecionalidade não é simétrica. Ele serve como um termo mais genérico para o que é chamado de ‘simetria’ na equivalência de estímulos. A vinculação mútua é uma característica definidora da resposta arbitrariamente aplicável.” (p. 29,§3)

- Implicação combinatória:

“Refere-se a uma relação de estímulos derivados em que duas ou mais relações de estímulo (treinadas ou derivadas) se combinam mutuamente. ‘implicação combinatória’ é o termo genérico para o que é chamado de ‘transitividade’ e ‘equivalência’ na Equivalência de Estímulos. Por exemplo, a vinculação combinatória se aplica quando, em um determinado contexto, A está relacionado a B e B está relacionado a C, então, como resultado, A e C estão mutuamente relacionados nesse contexto.” (p. 30, §2)

- Transformação de função:

“Mudanças nas funções de estímulo que ocorrem quando outras relações além da equivalência envolvem tornam o termo “transferência de funções de estímulo” muito limitado para uso genérico. A mudança de funções de um evento que está em relação a outro não é mecânica: é em termos da relação subjacente. Por exemplo, suponha que uma pessoa seja treinada para selecionar o estímulo B como o "oposto" do estímulo A. Agora suponha que A recebe uma função punitiva condicionada, tal como emparelhando-a com uma perda de pontos. Pode-se prever que B teria então funções reforçadoras (sem ter essa função diretamente treinada), em virtude de sua relação “oposta” ao estímulo A punitivo. (...). Dificilmente parece correto dizer que os efeitos reforçadores “se transferiram” em tal caso, porque foram adquiridos indiretamente através da relação de oposição entre B e um punidor. Parece mais apropriado usar o termo transformação do que transferência, e é por essa razão que a Teoria das Molduras Relacionais adotou a transformação de funções de estímulo como o termo para esse efeito.” (p.32, §2)

“A transformação das funções de estímulo deve estar sob controle contextual. Existe uma razão simples para isso. Um determinado estímulo sempre tem muitas funções, e se todas as funções de um estímulo são transferidas para outro e vice-versa, não haverá

mais dois estímulos psicológicos separados. Assim, assim como a resposta relacional é controlada pelo contexto, as funções psicológicas específicas que podem ser transformadas também devem estar sob controle contextual.” (p. 32, §3)

- Coordenação (tipo de moldura):

“Sem dúvida, o tipo mais fundamental de resposta relacional é aquele englobado pela moldura que chamaremos de ‘coordenação’. A relação é de identidade, igualdade ou semelhança. É também a moldura com a qual a maior parte da pesquisa de equivalência de estímulos está envolvida. Grande parte do treinamento inicial de linguagem recebido por crianças parece ser desse tipo e, portanto, uma moldura relacional de coordenação é provavelmente o primeiro a ser suficientemente abstraída para que sua aplicação se torne arbitrária. Molduras de coordenação estabelecem classes de equivalência (estímulo A é o mesmo que estímulo B) e incluem outras relações derivadas de similaridade ou igualdade.” (p.35, §3)

- Oposição (tipo de moldura):

“Diz respeito a um ponto de referência e a um evento que difere daquele ponto em uma direção ao longo do continuum, aquilo que é oposto difere na outra direção e aproximadamente no mesmo grau ao longo desse continuum. A moldura relacional de oposição geralmente especifica o que é relevante (por exemplo, “bonito é o oposto de feio” é relevante apenas para a aparência e não para a velocidade), mas como uma resposta relacional arbitrariamente aplicável, pode ser aplicada mesmo quando nenhuma dimensão física relevante foi especificada. Por exemplo, a lógica simbólica pode especificar que A é o oposto de B, sem estipular qual dimensão está envolvida na resposta relacional.” (p.36, §1)

- Distinção (tipo de moldura):

“Isso envolve responder a um evento em termos de suas diferenças em relação a outro evento, geralmente também ao longo de alguma dimensão especificada, Como em uma moldura de oposição, isso implica que é improvável que as respostas a um evento sejam apropriadas no caso do outro, mas, ao contrário da oposição, a natureza de uma resposta apropriada geralmente não é especificada. Se me disserem apenas “isto não é água morna”, não sei se a água está gelada ou fervendo.” (p. 36, §3)

- Comparação (tipo de moldura):

“Ocorre sempre que um evento é respondido em termos de uma relação quantitativa ou qualitativa ao longo de uma dimensão especificada com outro evento. Existem muitos subtipos específicos de comparação (por exemplo, maior/menor, rápido/lento, melhor/pior). Embora cada subtipo possa requerer sua própria história, a semelhança pode permitir a aprendizagem mais rápida de outros subtipos. Os diferentes membros dessa família de relações são definidos em parte pelas dimensões ao longo das quais a relação se aplica (tamanho; velocidade; e assim por diante).” (p.36, §4)

“Molduras comparativas podem se tornar mais específicas pela quantificação da dimensão ao longo da qual uma relação comparativa é feita. Por exemplo, ‘A é duas vezes mais rápido que B e B é duas vezes mais rápido que C’ permite uma especificação precisa da relação entre todos os três elementos da rede.” (p. 36, §5)

- Hierarquia (tipo de moldura):

“Os membros da classe hierárquica compartilham o mesmo padrão relacional básico de uma moldura de comparação. ‘A é um atributo ou parte de B’ é a forma geral de uma moldura hierárquico. (...). Por exemplo, ‘maças são frutas’ e ‘maças são doces’ deixará claro que algumas frutas são doces.” (p. 37, §1)

“As relações hierárquicas são extremamente importantes na análise do uso das relações verbais para abstrair as propriedades do ambiente não arbitrário. As relações ‘parte-

todo' ou 'atributo de' são hierárquicas e, quando aplicadas ao ambiente não arbitrário, atraem características físicas abstratas para redes relacionais, permitindo o uso dessas propriedades agora verbalmente abstraídas como pistas relacionais verbais e como eventos relacionados verbalmente. Este é o processo que permite que o comportamento verbal humano tenha implicações práticas, pois é aplicado de forma não arbitrária ao ambiente natural.” (p.37, §2)

- Temporal (tipo de moldura):

“Molduras relacionais temporais também compartilham o mesmo padrão básico de uma moldura comparativa. Vale a pena descrevê-los separadamente, tanto por sua importância como pela natureza única da dimensão física que se assemelha a essa relação arbitrariamente aplicável. Em um sentido não arbitrário, o que fundamenta o 'tempo' é meramente a mudança. A mudança é sempre unidirecional, de agora para um novo agora, nunca de um novo para um antigo. Organismos não-verbais são extremamente sensíveis a sequências de mudanças (por exemplo, esquemas de reforço), mas abstrair a dimensão física ao longo da qual os comparativos temporais /causais são organizados é uma ação altamente verbal e que parece exigir entendimento do uso de metáforas. Organizar um passado, presente e futuro ao longo de uma única dimensão não é o mesmo que ordenar uma pequena, média e grande caixa em uma sequência de objetos físicos cada vez maiores.” (p. 37, §4)

- Dêitica (tipo de moldura):

“Por relações dêiticas entende-se aquelas que especificam uma relação em termos da perspectiva do falante como a esquerda/direita; eu/você (e todos os seus correlatos, como "meu"); aqui/lá e agora e depois (veja Barnes e Roche, 1997a; Hayes, 1984). Algumas relações podem ou não ser dêiticas, como frente/trás ou acima/abaixo, dependendo da perspectiva aplicada.” (p. 38, §3)

“Essas molduras são diferentes das outros mencionados anteriormente, pois não parecem ter contrapartes formais ou não arbitrárias. A coordenação, por exemplo, é baseada na identidade formal ou na igualdade, enquanto “maior que” é baseada no tamanho relativo. As estruturas temporais são mais inerentemente verbais, pois são baseadas na experiência não arbitrária de mudança, mas a natureza dimensional dessa experiência deve ser construída verbalmente. Molduras que dependem da perspectiva, no entanto, não podem ser atribuídas a dimensões formais no ambiente. Em vez disso, a relação entre o indivíduo e outros eventos serve como a variável constante na qual essas molduras são baseadas.” (p. 38, §4)

“(…) Essas propriedades parecem ser abstraídas através da aprendizagem para falar sobre a própria perspectiva em relação a outras perspectivas.” (p. 39, §1)

- Rede de relações complexas:

“É possível criar redes relacionais a partir de misturas de vários quadros relacionais e relacionar classes relacionais inteiras com outras classes relacionais. Por exemplo, se uma classe de equivalência é o oposto de outra classe de equivalência, então normalmente cada membro da primeira classe é o oposto de todos os membros da segunda e vice-versa. Isso pode continuar em praticamente qualquer nível de complexidade.” (p. 40, §3).

#### *Linguística x RFT*

TT: ênfase no estudo de produtos verbais, ou seja, propriedades estruturais de uma língua. Um exemplo de campo científico que dá essa ênfase é a linguística. (p.22)

C: Ter como foco de análise os produtos verbais não é útil em uma explicação que se pretende psicológica. Enfatizar tais produtos verbais conduz a uma análise em termos de propriedades estruturais, na qual a natureza contextual, histórica e interativa dos eventos verbais é de certa forma, ignorada ou considerada menos importante. (p.22)

TA: A Teoria das Molduras Relacionais: é uma explicação explicitamente psicológica da linguagem e cognição humanas. Ela aborda eventos verbais como ações e não produtos. Uma abordagem psicológica tende a beneficiar-se mais de uma análise de ações verbais, que dá ênfase ao desenvolvimento e a interação dos eventos comportamentais. (p.22)

#### *Topografia x função*

TT: Parte dos analistas do comportamentos (os autores dão exemplo de Michael, 1993) que tendem a definir o comportamento em termos topográficos. Na visão de Hayes et al. (2001) tal interpretação pode dever-se a o pesquisador pode ter se habituado a pensar dessa maneira, porque parece haver poucas razões práticas para distinguir as classes formais e funcionais. (p.24)

C: Em tais casos, o pesquisador pode estar deliberadamente adotando uma forma mecanicista de análise do comportamento, semelhante aos teóricos tradicionais da aprendizagem estímulo-resposta. (p.24)

TA: Na opinião de Hayes et al. (2001), os analistas do comportamento não deveriam ter problemas em considerar a ideia de classes de estímulos baseadas apenas na função, já que o conceito é incorporado à própria definição de comportamento operante. Para os autores, quando se trata de análises das relações de estímulo derivadas a concepção de classes de estímulos baseadas apenas na função é de total importância. Heyes et al. Salientam ainda que essa ideia está alinhada com a perspectiva do contextualismo funcional e também com a perspectiva skinneriana. Sobre essa última perspectiva os autores citam a seguinte frase de Skinner (1953): “Na verdade, é possível condicionar um organismo a escolher o maior entre dois objetos ou a escolher um tamanho em específico, independentemente do tamanho do objeto que o acompanhe. Um condicionamento semelhante começa muito cedo na história do indivíduo, e o

comportamento que predomina quando um teste é feito dependerá de tal história. A resposta relacional é importante na maioria dos ambientes. À medida que o organismo se movimenta no espaço, os reforços geralmente dependem do tamanho relativo, e não absoluto” (p. 138). (p.24)

#### *Nomenclaturas da Equivalência de Estímulos*

TT: Uma relação de equivalência é caracterizada por três relações: reflexividade, simetria e transitividade. (p.29)

C: Os termos usados para descrever as propriedades de uma relação de equivalência - reflexividade, simetria e transitividade - nem sempre são apropriados ou aplicáveis a outros tipos de relações. A relação de “maior que”, por exemplo, se A for maior que B, não se segue que B também é maior que A - a relação não é simétrica. As relações de ordenação (por exemplo, A é antes de B, B é antes de C, C é antes de D, etc.) também compartilham essa dificuldade, pois não são reflexivas e são assimétricas. (p. 29)

TA: Um número crescente de estudos mostrou padrões de respostas relacionais derivadas, além da equivalência, incluindo “mais menos”, “oposto de”, “diferente de”, e antes /depois”. Por isso a RFT adotou uma terminologia mais genérica e aplicável a todas as possíveis relações de estímulo derivadas. (p.29)

#### *Teoria skinneriana x RFT*

TT1: Conceito de comportamento verbal conforme a teoria skinneriana.

C: ----

TA1: Conforme a RFT, o comportamento verbal pode ser descrito como a ação de emoldurar eventos relacionalmente. Tanto o falante como o ouvinte estão envolvidos nesse comportamento. Quando o falante emoldura eventos relacionalmente e produz sequências de estímulos como resultado, ele está envolvido em comportamento verbal.



Em termos leigos, pode-se dizer que o falante está falando com significado. Entretanto, o significado verbal, na abordagem da RFT, não é um evento mental, nem uma inferência, nem um efeito simples. É um processo comportamental altamente especificado que se dá por meio de redes de relações. (p.43)

Do ponto de vista da RFT, o comportamento verbal possui várias características dominantes que provém de suas propriedades relacionais.

- Indireção

A transformação das funções de estímulo por meio de relações derivadas permite que os estímulos verbais adquiram funções relacionadas, quase que indiretamente, a outros eventos. Quanto maior a complexidade da história relacional que prevalece para um determinado indivíduo em relação a um estímulo verbal específico, mais indiretas essas funções podem ser (Hayes e Hayes, 1989). Da mesma forma, os falantes podem derivar relações entre eventos de maneiras que são simultaneamente sensíveis a centenas de eventos relacionados, incluindo eventos que nunca antes foram trazidos para a relação com o evento atual. (p.46)

-Arbitrariedade

Provém da natureza arbitrária dos estímulos contextuais envolvidos na regulação do comportamento verbal. Qualquer evento pode ser colocado em qualquer relação com qualquer outro evento, verbalmente falando. Por essa razão, o comportamento verbal não é definido por sua forma. Pode incluir estímulos seguros, sonoros ou gráficos. O significado não precisa se basear em qualquer semelhança entre a forma de um estímulo verbal e o estímulo não-verbal ao qual ele "se refere". As formas de enunciados verbais são determinadas pela convenção social - a correspondência entre coisas e significados é estabelecida pela interação social. É somente por acordo entre os membros de uma

comunidade social / verbal particular que uma palavra é entendida como tendo significado em relação a eventos particulares. (p.47)

- Especificidade

Os estímulos não-verbais necessariamente influenciam uma ampla variedade de respostas, mas os estímulos verbais não precisam ter essa limitação. Uma luz brilhante torna possível ver o que está presente. A palavra "luz", no entanto, pode estar em relação a um conjunto de eventos, cuja propriedade comum é a iluminação. Assim, num sentido não-verbal, a iluminação não pode simplesmente ter a propriedade abstrata de "iluminação", enquanto um estímulo verbal pode fazê-lo. Skinner disse assim:

Essa propriedade dos estímulos verbais (em nosso sentido do termo) permite flexibilidade indefinida no grau de especificidade de funções e eventos. Eventos verbais podem estar em relação a todos os eventos ("o universo") ou nenhum evento ("inexistente"); elas podem ser extremamente amplas ("tudo muda") ou extremamente estreitas ("você tem um tumor na cabeça do seu alfinete"). Esta é uma razão pela qual os eventos verbais permitem graus de abstração que não poderiam ocorrer de outra forma. (p.47)

- Pervasividade

Uma vez estabelecida, a coerência e a construção de sentido servirão como um reforçador continuamente disponível para a resposta relacional derivada. O comportamento verbal crescerá em força até que seja difícil encontrar momentos e situações em que isso não ocorra. (p.48)

- Intrusão em domínios não verbais

Pela mesma razão, o tipo de repertório verbal que é capturado por RFT é aquele que sempre se intromete em domínios não verbais. Sem intervenção, esse processo tende a crescer à medida que a experiência imbuí estímulos não-verbais com funções

cada vez mais relacionais e, portanto, verbais. . Em outras palavras, se os contextos que mantêm o significado literal e as transformações das funções de estímulo estão presentes, o mundo em que o ser humano vive se tornará cada vez mais verbal e as funções verdadeiramente não-verbais ficarão cada vez mais entrelaçadas com as funções verbais. Esse processo pode levar a comportamentos que seriam difíceis de estabelecer de qualquer outra forma (martírio, suicídio, afastamento do vício em drogas, jejum religioso), porque as funções não-verbais contatadas por esses comportamentos se tornam menos importantes. (p.48)

- Expansão da Influência Social

O comportamento verbal levou a inovações técnicas que aumentam o impacto dos estímulos verbais: livros, rádio, TV, Internet e assim por diante. Isso aumentou enormemente a capacidade de influência social e a libertou de limitações baseadas em tempo e localização. (p.48)

- A reconstrução do tempo

Os organismos verbais transformam o tempo em sua cabeça. O passado é continuamente reconstruído verbalmente à medida que várias histórias sobre ele são geradas e adotadas. O futuro é imaginado, planejado e contemplado, mas esse futuro verbal não precisa jamais ter sido experimentado. O impacto de tais relações temporais verbais sobre como os seres humanos interagem com seus ambientes é imenso. (p.48)

TT2: Conceito de comportamento verbal conforme a teoria skinneriana.

C: Os princípios comportamentais são admitidos no arsenal analítico-comportamental apenas muito lentamente.

TA2: Os teóricos da RFT acreditam, que as molduras relacionais envolvem um novo tipo de operante generalizado. Pois, o comportamento de emoldurar relacionalmente altera as funções dos processos comportamentais. Por exemplo, a reversibilidade

funcional dos estímulos no processo de implicação mútua. Durante as performances derivadas em um teste de equivalência, um estímulo condicional e um estímulo discriminativo, conforme estabelecido no procedimento de *matching-to-sample*, reverteram suas funções. O estímulo-modelo é agora o estímulo discriminativo, e o estímulo de comparação é agora o estímulo condicional. Se a Teoria das Molduras Relacionais estiver correta, a alteração desses processos comportamentais foi em si um processo aprendido. Dito de outro modo, o emoldurar relacionalmente é um comportamento operante que afeta o próprio processo de aprendizado operante. (p.45)

TT3: Uso do termo “verbal” pela teoria skinneriana.

C: ---

TA3: “Verbal”, na RFT, pode ser usado como um qualificador técnico. Por exemplo, um “reforçador verbal” é uma consequência que funciona como um reforçador porque participa de uma moldura relacional. Como tal, é um tipo especial de reforçador condicionado. O mesmo evento formalmente definido, mesmo que seja produzido por meio do comportamento verbal e serve como reforçador, pode ser verbal ou não, dependendo do histórico relevante do organismo que responde. (p.44)

Tese Tradicional

Crítica

Tese Alternativa

*Linguística x RFT*

Ênfase no estudo de produtos verbais, ou seja, propriedades estruturais de uma língua. Um exemplo de campo científico que dá essa ênfase é a linguística.

Foco na análise de produtos verbais não é útil para explicação psicológica. Esse foco conduz a uma análise em termos de propriedades estruturais, na qual a natureza contextual, histórica e interativa dos eventos verbais é de certa forma, ignorada ou considerada menos importante.

A RFT: é uma explicação explicitamente psicológica da linguagem e cognição humanas. Aborda eventos verbais como ações e não produtos. Uma abordagem psicológica tende a beneficiar-se mais de uma análise de ações verbais, que dá ênfase ao desenvolvimento e a interação dos eventos comportamentais.

*Topografia x função*

Parte dos analistas do comportamento, tendem a definir o comportamento em termos topográficos. Tal interpretação pode dever-se ao pesquisador ter se habituado a pensar dessa maneira, porque parece haver poucas razões práticas para distinguir as classes formais e funcionais.

Em tais casos, o pesquisador pode estar deliberadamente adotando uma forma mecanicista de análise do comportamento, semelhante aos teóricos tradicionais da aprendizagem estímulo-resposta.

Os analistas do comportamento não deveriam ter problemas em considerar a ideia de classes de estímulos baseadas apenas na função, já que o conceito é incorporado à própria definição de comportamento operante. Quando se trata de análises das relações de estímulo derivadas, a concepção de classes de estímulos baseadas apenas na função é de total importância. essa ideia está alinhada com a perspectiva do contextualismo funcional e também com a perspectiva skinneriana.

*Nomenclaturas da Equivalência de Estímulos*

Uma relação de equivalência é caracterizada por três relações: reflexividade, simetria e transitividade.

Os termos usados para descrever as propriedades de uma relação de equivalência - reflexividade, simetria e transitividade - nem sempre são apropriados ou aplicáveis a outros tipos de relações.

Um número crescente de estudos mostrou padrões de respostas relacionais derivadas, além da equivalência, incluindo “mais menos”, “oposto de”, “diferente de”, e antes /depois”. Por isso a RFT adotou uma terminologia mais genérica e aplicável a todas as possíveis relações de estímulo derivadas.

*Teoria skinneriana x RFT*

Conceito de comportamento verbal conforme a teoria skinneriana.

Conforme a RFT, o comportamento verbal pode ser descrito como a ação de emoldurar eventos relacionalmente. Quando o falante emoldura eventos relacionalmente e produz sequências de estímulos como resultado, ele está envolvido em comportamento verbal. Em termos leigos, pode-se dizer que o falante está falando com significado. Entretanto, o significado verbal, na abordagem da RFT, não é um evento mental, nem uma inferência, nem um efeito simples.

Conceito de comportamento verbal conforme a teoria skinneriana.

Os princípios comportamentais são admitidos no arsenal analítico-comportamental apenas muito lentamente.

As molduras relacionais envolvem um novo tipo de operante generalizado. Pois, o comportamento de emoldurar relacionalmente altera as funções dos processos comportamentais. Se a Teoria das Molduras Relacionais estiver correta, a alteração desses processos comportamentais foi em si um processo aprendido. Dito de outro modo, o emoldurar relacionalmente é um comportamento operante que afeta o próprio processo de aprendizado operante.

Uso do termo “verbal” pela teoria skinneriana.

“Verbal”, na RFT, pode ser usado como um qualificador técnico. Por exemplo, um “reforçador verbal” é uma consequência que funciona como um reforçador porque participa de uma moldura relacional. Como tal, é um tipo especial de reforçador condicionado. O mesmo evento formalmente definido, mesmo que seja produzido por meio do comportamento verbal e serve como reforçador, pode ser verbal ou não, dependendo do histórico relevante do organismo que responde.

### Síntese interpretativa

Segundo os proponentes da Teoria das Molduras Relacionais (RFT- Relational Frame Theory), a teoria visa uma explicação de caráter psicológico a respeito da linguagem e cognição humanas. O termo molduras relacionais surgiu a partir de uma metáfora, que se refere a recursos funcionais característico de algumas classes de respostas. Tal metáfora, visa elucidar que assim como uma moldura pode enquadrar diversas imagens, uma classe de respostas (moldura) fornece um padrão funcional geral, mas o contexto atual (imagem) fornece os estímulos formais específicos, nos quais as classes de resposta irão operar. O termos “moldura relacional” também têm por objetivo indicar tipos particulares de respostas relacionais. Dito de forma mais técnica, uma moldura relacional é uma classe de respostas relacionais arbitrariamente aplicáveis, e que possuem as seguintes propriedades definidoras: implicação mútua, implicação combinatória e transformação de função. A moldura relacional se deve a uma história de respostas relacionais relevantes e aos estímulos contextuais envolvidos, e não se baseia apenas no treinamento direto, não-relacional, envolvendo os estímulos particulares de interesse, e também não se sustenta somente nas características não-arbitrárias dos estímulos ou na relação entre eles. Assim, as molduras relacionais são tanto um fenômeno, quando um processo. Já as propriedades definidoras (implicação mútua, implicação combinatória e transformação de função), não são processos, são resultados, pois elas não elucidam as molduras, elas definem esse conceito. De acordo com Hayes et al. (2001), em geral o termo “moldura relacional” é mais usado devido a praticidade, mas na verdade tal termo irá sempre significar “emoldurar eventos relacionalmente”, pois o termo se refere a um comportamento. Elucidando, “resposta relacional

arbitrariamente aplicável” é o nome genérico para comportamento desse tipo, enquanto uma moldura relacional é um tipo específico de tal resposta.

Para defender a ideia de que responder relacional arbitrariamente aplicável é um comportamento operante, os autores apresentam o conceito skinneriano de operante. Segundo os autores, Skinner fez uso desse termo para descrever classes comportamentais que são formadas por seus efeitos funcionais em determinados contextos. Além disso, Hayes et al. (2001) salientam que não há restrição quanto ao tamanho de um operante, desde que seja possível demonstrar um controle discriminativo e consequencial sobre o comportamento.

Antes de esclarecer a cerca do responder relacional arbitrariamente aplicável, é necessário clarificar o que seria o responder relacional, que já era estudado no campo do comportamento, antes da teoria da RFT surgir, cuja denominação inicial era “transposição”. A maioria dos organismos vivos, dado o treinamento apropriado, é capaz de responder às relações entre as propriedades físicas de dois ou mais estímulos. É disso que se trata o responder relacional, a emissão de uma resposta baseada nas características formais dos estímulos.

Já a resposta relacional arbitrariamente aplicável não se baseia apenas nas propriedades físicas da relação entre estímulos. Assim, ela opera sobre qualquer estímulo encontrado no contexto relacional apropriado, ou seja, ela é arbitrariamente aplicável. O termo arbitrariamente aplicável é empregado no sentido de que, em alguns contextos, essa resposta está sob o controle de sugestões que podem ser modificadas com base nas relações sociais. A resposta relacional arbitrariamente aplicável é semelhante ao fenômeno da abstração, mas, neste caso, o padrão de resposta entre um conjunto de estímulos é abstraído e colocado sob o controle de uma sugestão contextual arbitrária.



Como já descrito acima, um dos termos que definem as molduras relacionais é a implicação mútua. Esse termo é utilizado para descrever a bidirecionalidade própria das respostas relacionais, mesmo quando a bidirecionalidade não é simétrica. Ele serve como um termo mais genérico para o que é chamado de “simetria” na equivalência de estímulos. Assim, uma relação entre dois eventos envolve responder a um evento em termos de outro e vice-versa. Por exemplo, se um estímulo A está relacionado ao B, então B está relacionado a A. Se A for maior que B, então B é menor que A. Se a primeira relação for especificada, a segunda é implicada, por isso o termo implicação mútua.

Por sua vez, o termo implicação combinatória denota uma relação de estímulos derivados em que duas ou mais relações de estímulo (treinadas ou derivadas) se combinam mutuamente. Por exemplo, a implicação combinatória se aplica quando, em um determinado contexto, o estímulo A está relacionado a B e B está relacionado a C, então, como resultado, A e C estão mutuamente relacionados nesse contexto. Assim, implicação combinatória é o termo genérico para o que é chamado de ‘transitividade’ e ‘equivalência’ na Equivalência de Estímulos.

Já a transformação de função, é utilizado para denotar de forma mais adequada quando estão envolvidas outras relações além da equivalência. Anteriormente o termo utilizado era ‘transferência de função’, mas esse passou a não se adequar ao fenômeno que a RFT tenta descrever e que caracteriza as molduras relacionais. Para explicar melhor a concepção da transformação de função, os autores dão o seguinte exemplo de uma moldura de oposição: “suponha que uma pessoa seja treinada para selecionar o estímulo B como o "oposto" do estímulo A. Agora suponha que A recebe uma função punitiva condicionada, tal como emparelhando-a com uma perda de pontos. Pode-se prever que B teria então funções reforçadoras (sem ter essa função diretamente

treinada), em virtude de sua relação “oposta” ao estímulo A punitivo. (...). Dificilmente parece correto dizer que os efeitos reforçadores “se transferiram” em tal caso, porque foram adquiridos indiretamente através da relação de oposição entre B e um punidor.” (Hayes, et al., 2001, p. 32). Outra coisa importante de se salientar sobre a transformação de função é que ela deve estar sobre controle contextual. Pois, geralmente os estímulos adquirem diversas funções, se todas as funções de um estímulo forem transferidas para outro, deixará de haver dois estímulos psicológicos separados.

De acordo com os teóricos da RFT, até o momento foi possível definir sete tipos de molduras relacionais, são elas: coordenação, oposição, distinção, comparação, hierarquia, temporal e dêitica.

A moldura de coordenação é a que abrange as relações de identidade, igualdade ou semelhança (isso é igual ou semelhante aquilo). Grande parte do treinamento inicial de linguagem recebido por crianças parece ser desse tipo. Portanto, a moldura relacional de coordenação é, provavelmente, a primeira a ser suficientemente abstraída para posteriormente a sua aplicação se torne arbitrária. Podemos dizer que as molduras de coordenação estabelecem classes de equivalência, ou seja, o estímulo A é o mesmo que o estímulo B, além disso, incluem outras relações derivadas de similaridade ou igualdade. Assim, a maior parte da pesquisa em equivalência de estímulos está relacionada a essa moldura.

A moldura de oposição descreve a relação entre um estímulo que difere de outro na direção oposta ao longo de um continuum. Geralmente, essa moldura especifica aquilo que é relevante para a relação, em uma relação sobre luminosidade, ‘claro’ é oposto de ‘escuro’, mas esses estímulos não servem para comparações de outra natureza. Porém, quando se trata de uma resposta relacional arbitrariamente aplicável, a

lógica simbólica pode especificar que A é o oposto de B, sem estipular qual dimensão está envolvida na resposta relacional.

A distinção se diferencia da oposição no sentido de que, na primeira a moldura envolve responder a um evento em termos de suas diferenças em relação a outro evento, e contrário da oposição a natureza de uma resposta apropriada geralmente não é especificada. “Se me disserem apenas ‘isto não é água morna’, não é possível saber se a água está gelada ou fervendo.” (Hayes, et al., 2001, p. 36)

A característica da moldura de comparação é responder a um evento em termos de uma relação quantitativa ou qualitativa ao longo de uma dimensão especificada com outro evento. Sendo que existem muitos subtipos específicos de comparação (por exemplo, maior/menor, rápido/lento, melhor/pior). Embora cada subtipo possa requerer sua própria história, a semelhança pode permitir a aprendizagem mais rápida de outros subtipos.

As relações hierárquicas são de grande importância na análise do uso das relações verbais utilizadas para abstrair as propriedades do ambiente não arbitrário. As relações "parte-todo" ou "atributo de" são hierárquicas e, quando aplicadas ao ambiente não arbitrário, englobam características físicas abstratas para as redes relacionais, permitindo o uso dessas propriedades verbalmente abstraídas como pistas relacionais verbais e como eventos relacionados verbalmente. São exemplo de molduras hierárquicas: ‘maçãs são frutas’ e ‘maçãs são doces’, que evidenciará que algumas frutas são doces.

As molduras relacionais denominadas temporais são basicamente semelhantes as molduras de comparação. Entretanto, a mudança do tempo é sempre unidirecional, do “agora” para o novo “agora”. Até mesmo Organismos não-verbais são extremamente sensíveis a sequências de mudanças (ex. esquemas de reforço). No entanto, abstrair a

dimensão física ao longo da qual os comparativos temporais /causais são organizados é uma ação altamente verbal e que parece exigir entendimento do uso de metáforas.

Por fim, as molduras dêiticas podem ser definidas por especificarem a perspectiva do falante, são exemplo as relações: eu/você, aqui/lá, agora/depois. Algumas relações podem ou não ser dêiticas, como frente/trás ou acima/abaixo, dependendo da perspectiva adotada. Tal espécie de moldura, vinculada a uma perspectiva, não podem ser atribuídas a dimensões formais no ambiente. Em vez disso, a relação entre o indivíduo e outros eventos serve como a variável constante na qual essas molduras são baseadas. Essas propriedades parecem ser abstraídas através da aprendizagem para falar sobre a própria perspectiva em relação a dos outros indivíduos.

A partir de um conjunto de várias molduras relacionais, originam-se redes relacionais, que correlacionam classes relacionais com outras classes correlacionais. Isso significa que se tomarmos como exemplo uma classe de estímulos que está em uma relação de oposição com outra classe, tal relação de oposição se estende para todos os estímulos contidos em uma classe, e todos eles serão opostos a todos os outros da outra classe.